

**RECONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO
MUNDO INSULAR DO ATLÂNTICO ORIENTAL.
SÉCULOS XV E XVI**

**DECONSTRUCCIÓN Y RECONSTRUCCIÓN DEL
MUNDO INSULAR DEL ATLÂNTICO ORIENTAL.
SIGLOS XV Y XVI**

**DECONSTRUCTION AND RECONSTRUCTION OF
THE INSULAR WORLD OF THE EASTERN
ATLANTIC. 15TH AND 16TH CENTURIES**

Alberto Vieira*

Recibido: 27 de mayo de 2011
Aceptado: 12 de julio de 2011

Resumo: A partir do século XIV os reinos peninsulares descobrem os espaços insulares atlânticos e fazem deles uma extensão da sua disputa em terras continentais. Alheios a isso, as populações que se foram fixando, criaram laços permanentes de familiaridade, relações e interações comuns no plano comercial, que definem mecanismos que definem uma complementaridade raras vezes entendidas por aqueles que viviam e vivem no continente.

Palavras chave: Açores, Canárias, descobrimento, Madeira, mobilidades.

Resumen: A partir del siglo XIV, los reinos de la península van a descubrir los espacios insulares del Atlántico y los convierten en una extensión de su disputa por la tierra continental. Los isleños, sin relación con esto, han creado vínculos permanentes de amistad, relaciones e interacciones comunes en términos comerciales. Esto define los mecanismos de complementariedad inter-insular, quasi nunca entendidos por aquellos que vivieron y viven en el continente.

Palabras clave: Azores, Canarias, descubrimiento, Movilidad.

* Investigador. Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA). Rua das Mercês, 8. 9000-224 Funchal. Madeira, Portugal. Teléfono: +351 351 291 +351 214 970; correo electrónico: avieira@inbox.com

Abstract: From the 14th century the Peninsular Monarchs were to discover the islands of the Atlantic and to embark on disputes for their colonisation. Heedless of this, the population, settled, created permanent bonds of family, relations and interaction in the commercial field,

thus defining mechanisms, complementarities, which were seldom understood by those who lived and still live on the mainland.

Key words: Azores - the Canary Islands - discovery - Madeira - mobility.

*En diversas ocasiones nos hemos preguntado si Canarias era África, Europa o acaso América. Y hemos acabado por responder que el archipiélago está integrado en el Mundo Atlántico, con las islas Azores, Madeira, Cabo Verde, Bermudas, Antilhas, etc. (RUMEU DE ARMAS, Antonio, prologo, in GARCÍA RAMOS, Juan Manuel, 1996, *Por un Imaginario Atlantico*, Madrid, Montesinos, p. 8)*

Los portugueses, excluidos de las Indias como extranjeros y admitidos sin trabas en Canarias, suplieron en estas islas las faltas de brazos castellanos. Las Canarias, como las Azores y Madera, tan próximas, atraieron a los emigrantes más pacíficos y menos aventureros. (J. Pérez Vidal, 1991: 65-66).

1. UM MUNDO DE ILHAS

Aquilo que hoje nos ocupa e sempre nos motivou foi uma História de ilhas. Espaços que, muitas vezes diminutos, se afirmam frente aos continentes pela importância mais estratégica que económica. Muitas vezes a pequenez do espaço não permite a persistência de uma próspera atividade de exploração agrícola com dimensão mundial. Apenas a aliança deste vetor com a forma de estas se posicionaram face às rotas e mercados mundiais permitiu e permitirá o usufruto de vantagens que favorecem o desenvolvimento económico. Mesmo assim fomos, somos e continuaremos a ser espaços limitados em termos geográficos cuja potencialização num mercado global, Atlântico ou Mundial, passa muitas vezes, por opções políticas e estratégicas.

Fala-se que a partir da década de vinte do século XV o infante D. Henrique, como um dos principais interlocutores do pro-

cesso de expansão portuguesa nesta época, pretenderia construir um reino insular no Atlântico, fazendo do grupo das ilhas da Madeira, Açores e Canárias os principais pilares¹. Não sabemos se algum vez este confidenciou tal intenção aos seus diretos colaboradores ou se esta é apenas uma conclusão à posteriori da Historiografia europeia do século XX. Embora esta possa ser uma opção não assumida e testemunhada de forma escrita parece que os reinos peninsulares sonhavam com esta possibilidade como forma da sua projeção unilateral no espaço Atlântico, fazendo delas uma porta de entrada e saída, entre aquilo que então se entendia como o Novo e Velho Mundo.

O discurso histórico veio a demonstrar estas potencialidades dos espaços insulares face ao Velho Mundo e às suas estratégias de afirmação colonial. Desta forma portugueses, castelhanos, ingleses e, mais tarde os alemães, não prescindem destas ilhas nos seus planos. Todos combatem o *mare clausum* de portugueses e castelhanos, mas todos o cobiçam. E nesta estratégia as ilhas são fundamentais.

Não será difícil de entender que o Atlântico não pode ser considerado apenas como uma grande e imensa massa de água, polvilhada de ilhas pois que está associado a uma larga tradição histórica em que as ilhas jogam um papel especial. Insiste-se de novo de que as ilhas foram e continuam a ser um dos seus principais pilares e traços de união. São ilhas e arquipélagos relevantes no processo histórico a partir do século XV e quase sempre atuando como intermediários entre os litorais dos continentes europeu, africano e americano. Talvez por força desta vocação elas anicham-se, de um modo geral, junto da costa dos continentes africano e americano. Apenas os Açores, Santa Helena, Ascensão e o grupo de Tristão da Cunha se distanciam e entram oceano adentro.

O mundo insular sempre foi o espaço de construção das utopias, como do protagonismo europeu. Vários fatores que emanam do mundo insular permitiram isso: a função de escalas para a navegação atlântica, a definição de áreas criadoras de desusada riqueza para usufruto do europeu, como o destino

¹ VERLINDEN (1989), pp. 281-292.

para o desterro de criminosos e políticos, refúgio de piratas, aventureiros, e, por fim, áreas de convalescença, lazer e turismo.

No vasto conjunto de ilhas que povoam o oceano Atlântico devemos salientar pelo menos três grupos: as oceânicas (Açores, Madeira...), as continentais (Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Santa Catarina...) e as fluviais (São Luís, ...). A posição que cada uma delas assumiu no quadro histórico conduziu a diferentes formas de protagonismo. As fluviais e continentais evidenciaram-se pela dependência ao espaço continental vizinho, enquanto as oceânicas ficaram muitas vezes entregues a si próprias, mas importantes e valorizadas para apoio às delongas travessias do oceano.

A valorização sócio-económica dos espaços insulares não foi unilinear, dependendo da confluência de dois fatores. Primeiro deveremos ter em conta a forma como se encaixaram os rumos definidos para a expansão atlântica. Depois, as condições propiciadoras de cada ilha ou arquipélago em termos físicos, de habitabilidade ou da existência ou não de uma população autóctone, favoreceram ou não esta intervenção europeia.

Os arquipélagos da Madeira e Canárias afirmam-se pelo pioneirismo da ocupação, situação que fez com que se projetaram no espaço atlântico em cada um dos impérios. É evidente a vinculação económica e institucional dos espaços do atlântico português à Madeira, como sucede em relação às Canárias com as Índias de Castela. É a partir desta situação que se valoriza a sua importância no estudo e conhecimento da História do Atlântico².

Na História do Atlântico o mundo insular é uma realidade sempre presente. A Antiguidade Clássica faz apelo às ilhas míticas, fantásticas e imaginárias, cuja localização acontece sempre no Atlântico³. O fascínio do mundo insular manteve-se durante e após a fase expansão europeia quatrocentista. Desta forma será legítimo afirmar que as ilhas foram uma das dominantes da cultura Ocidental e Oriental, ganhando papel de rele-

² Cf. KARRAS e MACNEILL (1992); CROSBY (1972); MINTZ (1985); MEYER (1991); MEINIG (1980); STELLE (1986).

³ BABCOCK (1922); MARTÍNEZ (1992); MARTÍNEZ (1996).

vo na mitologia clássica e na construção de novos mitos⁴, como de pontes entre ambos os lados do oceano como pilhars assentes nas ilhas.

As rotas do Atlântico, Índico e Pacífico afirmaram-se por força das ilhas. Daqui resultou certamente a moda de divulgação dos *isolarios*, em que se destaca o de Beneditto Bordone de 1528⁵. D. Manuel, monarca português, ciente da importância do mundo insular, mandou estabelecer o *Livro das Ilhas* para tombar toda a documentação mais significativa que a elas se referia⁶.

Em síntese poderemos reafirmar que as ilhas jogaram um papel fundamental na estratégia de afirmação colonial no Novo Mundo. Elas foram os pilares destacados do complexo que começou a construir-se a partir do século XV. São, ainda, a imagem do Paraíso que se afirma como espaço de rica exploração económica, escala e de apoio aos marinheiros. Paulatinamente foram adquirindo uma posição de relevo na estratégia colonial, projetando-se nos espaços continentais próximos e longínquos.

Elas abriram aos europeus as portas do Atlântico e mantiveram-se até a atualidade como peças fundamentais de domínio deste espaço oceânico. Foram imprescindíveis à descoberta do oceano como também para a afirmação e controlo dos mercados continentais vizinhos, como sucedeu em Cabo Verde e S. Tomé. Nos séculos XVIII e XIX não foi menor o protagonismo insular.

As ilhas passaram de escalas de navegação e comércio a centros de apoio e abastecimento de carvão aos vapores e a laboratórios da ciência europeia. Cientistas cruzam-se com mercadores, funcionários coloniais e militares e seguem as rotas que haviam sido delineadas desde o século XV. A estes juntaram-se os primeiros «*turistas*», que começaram a afluir às ilhas desde o século XVIII na busca de cura para a tísica pulmonar ou com o intuito de desfrutar e descobrir as suas belezas.

A segunda metade do século XIX confiou ainda outro papel às ilhas. Foram elas, pontos estratégicos fundamentais do lançamento dos cabos submarinos intercontinentais. A situação perdurou

⁴ DIEGUES (1998), pp. 80 e 129-193.

⁵ GUERREIRO (2001), num. 46, pp. 28-40.

⁶ Cf. COSTA (1987).

até à década de setenta do século XX, altura em que os sistemas de telecomunicações começaram a afirmar-se e a dominar em definitivo as trocas de informação intercontinentais⁷.

A historiografia do período após a segunda guerra mundial vem chamando a atenção para o papel histórico das ilhas. A partir da chamada de atenção feita por Fernand Braudel⁸ ficou patente a sua posição chave na vida do oceano e do litoral dos continentes. Aliás, Pierre Chaunu⁹ destaca a ativa intervenção dos arquipélagos da Madeira, Canárias e Açores, o chamado *Mediterrâneo Atlântico*, na economia europeia dos séculos XV e XVII¹⁰.

A favor da valorização dos espaços insulares temos, ainda, a tese que vingou no seio da Historiografia americana de que o Atlântico é considerado uma realidade particular e unidade de análise no período que vai do século XV até à abolição da escravatura em 1888¹¹. A função assumida pelas ilhas no contexto da expansão quatrocentista, quer como terra de navegadores, quer como principal centro que modelou a realidade socio-económica, é uma das evidências. Estamos perante uma nova realidade e espaço construídos com base do intercâmbio de produtos (vinho e açúcar) como do movimento de pessoas na condição de escravos ou livres. As rotas comerciais, os mercados, e, acima de tudo, o oceano como mar que se disputa e se abre à intervenção de todos, são uma permanência.

A historiografia tem demonstrado que o relacionamento exterior das ilhas não se resumia apenas às relações inter-oceânicas e inter-continentais¹². À margem deste mundo tão comum

⁷ Cf. ROGERS (1979), pp. 175-230.

⁸ BRAUDEL (1984).

⁹ CHAUNU (1983).

¹⁰ Confronte-se VIEIRA (1987); VIEIRA (1992 b).

¹¹ Cf. GODECHOT (1947); KARRAS e MACNEILL (1992), [nomeadamente a apresentação de A. L. Karras: «The Atlantic World as a unit of Study»]; CROSBY (1972); MINTZ (1985); MEYER (1991); MEINIG (1980); STELLE, (1986); ARMITAGE e BRADDICK (2000) (especialmente os textos de Bernard Bailyn e David Armitage); ELLIOTT (2001).

¹² A partir de 1976 a realização de diversos colóquios sobre estas ilhas, nas Canárias, Açores e Madeira tem evidenciado esta realidade. Aqui apenas damos conta de alguns dos trabalhos, entre muitos, que estão reunidos nas referidas atas: VIEIRA (1984, 1986 e 1989).

na Historiografia europeia existiu um outro criado pelos próprios insulares, que embora marginal no contexto europeu assume dimensão significativa para os insulares.

Desde o século XV que se definiram vias e mercados que ativaram a economia insular. As conexões entre os arquipélagos próximos (Açores e Canárias) ou afastados (Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe) foram já motivo de aprofundada explanação em que ficou evidenciado o papel que propiciaram à valorização da estrutura comercial das ilhas¹³. Estes contactos humanos e comerciais surgem como resultado da necessidade de abastecimento de cereais e das possibilidades de intervenção no tráfico negreiro, mercê da vinculação às áreas africanas como a Costa da Guiné, Mina e Angola. Em qualquer das situações tais conexões dependeram, primeiro, da presença de uma comunidade que manteve o vínculo à terra-mãe e, depois, das possibilidades de uma troca favorável com as mercadorias que tinham para oferecer.

2. AS CANARIAS NO QUADRO DA EXPANSÃO PORTUGUESA

No entender de Pierre Chaunu¹⁴ as Canárias foram de facto um condomínio hispano-português. Na verdade, até 1479 a disputa pela posse pautou a política de expansão atlântica e a diplomacia entre ambas as coroas. O processo arrastou-se pelos séculos XIV e XV. À custa dele avançou-se para o reconhecimento oceânico e para a delimitação das áreas de influência. O reconhecimento e ocupação da Madeira estão diretamente ligados a este processo. Desta forma a disputa peninsular pela posse das Canárias abriu as portas a um ativo relacionamento humano e económico entre os arquipélagos atlânticos, que só as represálias resultantes do processo de Restauração da monarquia portuguesa em 1640 travaram a sua progressão, ainda que por um lapso de tempo. As Canárias são uma constante no imaginário da coroa e dos obreiros da expansão atlântica. Os Portugueses

¹³ VIEIRA (1987).

¹⁴ CHAUNU (1959), p. 378.

dão-se por vencidos e não por convencidos com o domínio castelhano. Assim, em 1494 o rei de Portugal continua a afirmar perante os seus homólogos de Castela e Aragão que «já em outro tempo todas ou a maior parte dellas foram ávidas e pesuidas pellos jfantes dom anrrique e don Fernando meus tyos...»¹⁵

De acordo com J. Perez Vidal (1991), um dos destacados estudiosos da presença e influência portuguesa em Canárias, esta intervenção pode ser definida em dois momentos decisivos. Assim, o primeiro nos séculos XIV e XV foi demarcado pelas ações da coroa e do infante D. Henrique, que teve o seu epílogo em 1497 com o tratado de Alcáçovas. Já o segundo, de iniciativa particular, abrange os séculos XVI e XVIII, em que os impulsos individuais se sobrepõem à iniciativa oficial, sendo marcado por movimento permanente de pessoas e mercadorias. E podemos adiantar que este movimento e intercâmbio insular não terminou no século XVIII, tendo-se mantido nas centúrias seguintes, como teremos oportunidade de o demonstrar. Neste quadro de inter-relações insulares no espaço atlântico poderemos afirmar que a Madeira assumiu um papel singular. A sua posição charneira entre os Açores e as Canárias e a anterioridade no processo de povoamento, fizeram com que fosse a partir de meados do século XV, um importante viveiro fornecedor de colonos para os arquipélagos vizinhos e um dos principais elos de ligação entre eles.

A disputa ibérica pela posse das Canárias

A questão da soberania das Canárias deu azo a acesa polémica entre as coroas peninsulares no período de 1345 a 1479. A historiografia dedicou-lhe muitas páginas, mas o olhar do historiador atual é necessário passar pelo crivo da conjuntura histórica em que foram escritos.

Uma primeira leitura evidencia que se definiram opções opostas de acordo com a origem geográfica e nacionalidade do historiador. A linha de fronteira e o nacionalismo são limitativos da verdade histórica. Por Portugal tivemos, num primeiro

¹⁵ MARQUES (1988), p. 662.

momento, José da Costa Macedo e o Visconde de Santarém a defender a prioridade da descoberta e a legitimidade da soberania lusíada¹⁶. A escola historiográfica espanhola, nomeadamente de Canárias, reclama a prioridade e soberania castelhana, como se poderá verificar em Elias Serra Ráfols e Buenaventura Bonnet¹⁷.

Nada disto é novidade pois radica-se na opinião veiculada pelo imaginário nacional, tornada indelével pelos cronistas peninsulares. Assim, em Portugal Gomes Eanes de Zurara, João de Barros, Rui de Pina, Garcia de Resende e Gaspar Frutuoso haviam justificado perante os homens do seu tempo e testemunhavam aos vindouros as razões da reivindicação henriquina¹⁸. Do último temos o retrato expressivo do afrontamento: «...Os castelhanos contam com isso doutra maneira que nem El-Rei de Portugal, nem o infante D. Henrique, as quiseram largar até chegarem a direito diante do papa Eugénio quarto, veneziano, o qual, vendo isto deu a conquista daquelas ilhas por sentença a El-Rei D. João de Castela no ano mil quatrocentos e trinta e um, por onde cessou esta contenda das Canárias entre os reis de Portugal e Castela»¹⁹.

Desde o século XIV que surgiram alegações de ambas as partes reivindicando junto do papado a posse destas ilhas. Em 1345 D. Afonso IV, de Portugal, em resposta à bula *Vince Domini Sabahot* de Clemente VI reclama a posse das Canárias, funda-

¹⁶ Veja-se BROCHADO (1960).

¹⁷ Veja-se os trabalhos publicados na *Revista de Historia*, da Universidad de La Laguna e El Museo Canario.

¹⁸ ZURARA (1973); BARROS (1973); PINA (1950), p. 26; RESENDE (1973), p. 45; FRUTUOSO (1966), pp. 65-76.

¹⁹ Ibidem, p. 69, O cronista das ilhas deverá referir-se à letra *sincere devotionis* de 2 de Maio de 1421 (1961, *Monumenta Henricina*, vol. III, Lisboa, num. 9, pp. 16-17) ou então à bula *dominato domines* de 30 de Abril de 1437 que revoga a bula *Rex Regum* de 8 de Setembro de 1436, veja-se *Monumenta Henricina*, vol. VI, 1964, num. 21, pp. 41-53; Ibidem, vol. V, num. 90, pp. 214-216; Ibidem, num. 97, pp. 230-234. A (1960-1973). A *Monumenta Henricina*, 14 vols., Coimbra, publicada sob os auspícios da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante dom Henrique, é o mais importante repositório de documentação para o estudo das pretensões henriquinas quanto à posse das Canárias.

mentado na prioridade do conhecimento e proximidade geográfica²⁰. Passados cem anos D. Duarte alega os mesmos argumentos para reivindicar ao papa Eugénio IV a posse das ilhas não conquistadas²¹.

A anuência papal às pretensões portuguesas conduziu à imediata reação de Castela que se serviu do poder de intervenção dos juriconsultos junto do papa para obter a revogação da bula²². A pesquisa de Esteban Perez Cabitos em 1477 denuncia a intenção da coroa castelhana em defender os direitos de posse das ilhas fazendo uso de toda a argumentação possível. Atestam a presente versão e fundamento os cronistas oficiais, como Alonso de Palencia, Diego de Valero e Andrés Bernaldes²³. Vem a propósito o comentário de Gaspar Frutuoso em finais do século XVI: «...e não entendo esta mistura, como neste mar houve dois senhores diversos. Também me faz duvidosa a terra das Antilhas, como, passando por este mar da navegação Portugal, as mandaram descobrir e povoar e possuem, pacificamente, os reis de Castela»²⁴.

Dos estudos e polémicas historiográficas em torno da temática mereceram a nossa atenção os de Peter Russel e Florentino Perez Embid. O primeiro em três ensaios publicados em Portugal a Espanha equaciona a questão à luz da documentação disponível e da ambiência da época. A disputa do arquipélago é enquadrada no âmbito da pretensão peninsular pela posse e conquista da costa africana²⁵; mais tarde equacionava a mesma de acordo com o direito da época para depois explicitar, baseado nos cronistas, as razões que levaram o infante D. Henrique a esta disputa²⁶. Para Perez Embid a questão deverá ser encara-

²⁰ (1964). *Monumenta Henricina*, vol. VI, num. 89, pp. 207-214; *Ibidem*, num. 90, pp. 214-216; *Ibidem*, num. 97, pp. 230-234.

²¹ *Ibidem*, vol. V, 1963, num. 129, pp. 254-258; *Ibidem*, vol. IX, num. 236, pp. 339-345.

²² *Ibidem*, vol. VI, num. 19, pp. 79-83; *Ibidem*, num. 57, pp. 139-199; veja-se RUSSEL (1978), pp. 26-28.

²³ Veja-se LÓPEZ DE TORO (1970), tomo XVI, pp. 325-393; MORALES PADRÓN (1978).

²⁴ (1984). *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, p. 65.

²⁵ RUSSEL (1971), pp. 5-33.

²⁶ RUSSEL (1978), pp. 26-28; RUSSEL (1979), pp. 11-13, 22 e 39.

da num âmbito mais vasto da disputa das coroas peninsulares pela conquista e domínio do Atlântico. A razão do conflito se localizar, entre 1415 e 1454, nas Canárias resulta do facto de o infante D. Henrique e os mercadores andaluzes cobiçarem a posse das ilhas. Tudo isto porque as ilhas eram o único bastião avançado para a afirmação da hegemonia peninsular na costa ocidental africana e do novo mundo que se abria aos europeus²⁷.

As ilhas atlânticas, situadas às portas do novo mundo, tiveram um papel primordial no processo de transmutação do Mediterrâneo para o Atlântico. Deste modo, a disputa pela posse do oceano inicia-se no mundo insular, pois o seu domínio assegurava a hegemonia e exclusivo das navegações e comércio no Atlântico Ocidental. Assim o entenderam os monarcas de Portugal e Castela que, desde o século XIV disputaram a posse das Canárias. No momento inicial do século XIV o Atlântico surgia mais como uma esperança ou aventura no desconhecido do que uma certeza. Volvidos cem anos, emerge o projeto de conquista e exploração do Novo Mundo, materializado na gesta henriquina e na ação de D. João II. Antes o monarca lusíada D. Afonso IV previra esta época promissora ao reclamar junto do papado a posse das Canárias²⁸. Elias Serra Ráfols²⁹ refere-nos que a posição portuguesa definia-se por uma abstenção de facto e por uma reivindicação *de jure*, baseada na prioridade do conhecimento e proximidade do reino, sublinhando que a negligência da coroa portuguesa resultava da inexistência de um plano ultramarino.

Estudiosos portugueses e espanhóis têm dedicado múltipla atenção ao diferendo na senda de definir uma explicação satisfatória para a posição ambígua e inconstante de ambas as coroas intervenientes no processo. Desde Paulo Merea (1923), Elias Serra Ráfols (1940) a Peter Russel (1971-1979), passando por Florentino Perez Embid (1948), Vitorino Magalhães Godinho (1952) e Charles Verlinden (1961), alinhavaram-se algumas explicações plausíveis para a política inerente aos intervencio-

²⁷ PÉREZ EMBID (1948), pp. 111-175.

²⁸ Veja-se notícia desenvolvida da questão na 1960, *Monumenta Henricina*, vol. I, num. 88, pp. 201-206.

²⁹ SERRA RÁFOLS (1940), p. 219.

nistas³⁰. Deste modo, parece-nos desusado retomar a referida polémica, cujo conhecimento remetemos para os autores supracitados. Aqui procuraremos apenas abordar as implicações políticas, sociais e económicas da referida questão no processo de expansão atlântica e aferir em que medida contribuíram para o relacionamento que, depois, se consolidou com as ilhas portuguesas, nomeadamente a Madeira.

A historiografia hispânica esqueceu a problemática pondo toda a atenção na defesa ou argumentação dos direitos de portugueses ou castelhanos. Só muito recentemente Jose Perez Vidal estabeleceu uma ligação entre a intervenção, a pretensão, a presença e a influência portuguesa na cultura, sociedade e economia das Canárias³¹. Esta situação foi reforçada, depois, com os estudos de Manuel Lobo Cabrera³² e outros historiadores que se têm ocupado em diversos trabalhos apresentados em colóquios. O primeiro esboça uma cronologia da intervenção portuguesa nas referidas ilhas, distinguindo dois períodos: um primeiro marcado pela a intervenção da coroa com o intuito de legitimar a incorporação (1455-1479); um segundo em que a atuação é feita por particulares, na qualidade de emigrantes, povoadores, agentes de comércio e transporte (1479-1640)³³. Aqui deveremos ter em conta que o primeiro momento de disputa e reivindicação poderá ser alargado desde 1344, altura em que se iniciaram as hostilidades em torno da questão.

Neste lapso de tempo de 135 anos a definição do legítimo proprietário das Canárias manteve-se à mercê da conjuntura, quer da situação interna da península, quer do confronto das coroas intervenientes, quer, ainda, da ambiguidade da política papal, agravada no momento do cisma do Ocidente (1378-

³⁰ Na Historiografia portuguesa a chamada «questão das Canárias» tem motivado diversos estudos. De entre estes destacamos aqueles que nos parecem mais importantes: MERA (1923); SERRA RÀFOLS (1940), pp. 211-241; SERRA RÀFOLS (1941); SERRA RÀFOLS (1961), pp. 467-478; PÉREZ EMBID (1948); GODINHO (1945), pp. 193-206; VERLINDEN (1961), pp. 593-610; Id. (1958), Id. (1991), pp. 39-51; PÉREZ VOITÉREZ (1958); RUSSEL (1978), pp. 9-32; Id. (1971), pp. 5-33; Id. (1979).

³¹ PÉREZ VIDAL (1970), p. 372; PÉREZ VIDAL (1991).

³² LOBO CABRERA (1982 e 1984).

³³ LOBO CABRERA (1991), p. 372.

1417). O termo da disputa pelas Canárias, em finais do século XV, não representa de modo algum uma cedência portuguesa na política de domínio do Atlântico mas sim o reconhecimento da relativa importância destas para a prossecução da política exclusiva. Estavam já traçados os rumos e destinos da expansão atlântica portuguesa. A costa africana, a norte, cedeu o lugar à região tropical do sul.

O período de 1450 a 1474 foi marcado por múltiplas peripécias que condicionaram a intervenção dos reinos peninsulares nas Canárias. Por um lado, a morte do infante D. Henrique, em 1460, em consonância com os avanços com a expansão atlântica, relegaram para segundo plano as Canárias e, por outro, as tensões internas de Castela atenuaram as reivindicações. O monarca Henrique IV de Castela chegou mesmo a doar em 1455 aos Condes de Atouguia e Vila Real o senhorio das ilhas de Gran Canaria, Tenerife e Palma³⁴. A coroa portuguesa, de imediato, solicitou a confirmação papal da referida doação³⁵, mas os castelhanos mediante reclamação de Ferrão de Peraza, conseguem a revogação. O tratado de Toledo (1480) marca o abandono definitivo das pretensões portuguesas à posse das Canárias e o aparecimento de novos motivos ou locais de disputa³⁶.

O reconhecimento da impossibilidade de usurpação ou posse das Canárias por parte de Portugal não resultou de uma derrota da diplomacia portuguesa e das hostes lá enviadas mas antes das alterações da conjuntura socio-política definidas pelo avanço da expansão atlântica. As Canárias que, num primeiro momento, eram imprescindíveis para o apoio à navegação e comércio no litoral africano perderam esta posição em favor de outros espaços. Assim, com o início do povoamento da Madeira, o avanço das navegações para Sul e a criação de feitorias, como a de Arguim em 1445, quer ainda com a evolução da ciência náutica e construção naval, que permitem uma maior autonomia das embarcações, as Canárias acabam por perder importância na estratégia portuguesa no espaço atlân-

³⁴ *Monumenta Henricina*, XIV, pp. 231, nota 2.

³⁵ *Monumenta Henricina*, XIV, num. 140, pp. 322-324; num. 145, pp. 318-333.

³⁶ PINA (s.f.), cap. CCII, p. 591; TORRE e SOAREZ FERNÁNDEZ (1958), vol. I, pp. 245 e ss.

tico³⁷. Além disso, a cobiça da burguesia andaluza pela zona do golfo da Guiné, materializada em incursões assíduas entre 1475-1479, tornaram urgente uma solução satisfatória que não lesasse os interesses da política exclusiva portuguesa, estabelecida em 1454. O rápido (re)conhecimento do litoral africano com a gesta henriquina, bem como a valorização sócio-económica da nova área impuseram esta viragem na política ultramarina portuguesa.

Expedições portuguesas às Canárias no século XIV

Desde o século XIII que a costa ocidental africana, aquém do Bojador, passou a ser devassada pelas populações ribeirinhas do litoral mediterrânico que, dando continuidade à tradição clássica da pesca, encontravam aqui infindáveis riquezas.

Primeiro, foi o aproveitamento dos recursos marinhos, disponíveis nos mares circundantes, e, depois, a procura de plantas tintureiras (urzela) e o resgate de escravos canários. Após a pioneira viagem dos irmãos Vivaldi, em 1291, seguiram-se outras entre 1342 e 1339, sendo de referenciar as hipotéticas viagens dos «*Matelots de Cherebourg*», antes de 1312, de Lanzarote de Malocello, ao serviço do rei de Portugal, cerca de 1310 e, finalmente, a de Angiolino del Tegghia de Corbizi e Nicoloso de Recco em Junho de 1341, ao serviço de D. Afonso IV de Portugal.

Outras viagens terão acontecido ao longo do tempo mas a falta de registo faz com que escapem ao nosso conhecimento³⁸. A estas expedições junta-se outra relatada por Fortunato de Almeida³⁹, do almirante Lançarote da Franca (ou Pessanha)⁴⁰, que teria descoberto as ilhas de Lanzarote e La Gomera, conforme se deduz de uma carta de D. Fernando de 29 de Junho de

³⁷ Cf. RUSSEL (1978), pp. 9-32; SERRA RÀFOLS (1941); ALBUQUERQUE (1983), pp. 325-360.

³⁸ Veja-se a síntese feita por MACÍAS HERNÁNDEZ (1997), pp. 1.273-1.275.

³⁹ ALMEIDA (1957), vol. III, pp. 85-108.

⁴⁰ Esta ilha de Nossa Senhora de Franca é também confundida com as ilhas de El Hierro, Tenerife e La Palma.

1370⁴¹. O Almirante não teve oportunidade de tomar posse das mesmas por reacção adversa dos indígenas. O mesmo, de origem genovesa, sucedeu a Manuel de Pessanha e terá morrido em 1376 numa expedição às Canárias.

Todas as expedições, no entender de Raymond Mauny, deixaram traços evidentes na cartografia do século XIV, como se pode verificar nos portulanos e cartas desde 1325. O progresso na representação cartográfica das ilhas nas diversas cartas e portulanos é, sem dúvida, resultado da assídua observação presencial a que não pode ser alheio o incremento destas expedições, acima referenciadas.

Em 1344 o próprio papa de Avinhão estava ao corrente do que aí se passava, concedendo o senhorio das ilhas Afortunadas a D. Luís de La Cerda. Tal ordem condicionou uma acesa disputa pelo arquipélago das Canárias, que só teve o seu epílogo em 1479 com o tratado de Alcáçovas. Enquanto os monarcas de Leão e Castela manifestavam o regozijo pelo sucedido, o rei português D. Afonso IV mostrava o desagrado e reivindicação por carta de 12 de Fevereiro de 1345: «*os nossos naturais foram os primeiros que acharam as mencionadas ilhas*»⁴². A recusa era fundamentada na proximidade geográfica e nas expedições realizadas, pois, como refere o monarca lusitano, «*os nossos naturais foram os primeiros que acharão as mencionadas ilhas*». Também o protelamento da conquista é justificado pela «*guerra que se ateou primeiro entre nós e os reis sarracenos*».

As expedições realizadas por portugueses ao longo da costa africana não foram alheias à presença em Portugal de Manuel Pessanha, contratado em 1317 por D. Dinis para criar a frota real e preparar os marinheiros nos conhecimentos necessários na arte de marear. Na realidade, a já referenciada viagem de 1341 às Canárias, é apontada como uma consequência disso. O próprio rei D. Dinis havia conseguido em 1320 o necessário apoio por parte do papado para levar a cabo uma guerra de

⁴¹ *Os documentos em Descobrimientos Portugueses*, vol. I, num. 115, pp. 126-127, num. 137, p. 155, num. 162, pp. 186-187; *Monumenta Henricina*, vol. I, num. 104, pp. 245-247, num. 106, pp. 251-252, num. 112, pp. 252-253.

⁴² 1345. Fevereiro.12: Carta de D. Afonso IV, Rei de Portugal, ao Papa Clemente VI, sobre as Canárias, Publ. SILVA MARQUES (1944-1971), I, pp. 86-90.

curso na costa africana, o mesmo acontecendo com o seu sucessor em 1341.

A presença de armadas é um indício de que os mares eram frequentados com assiduidade e por isso as viagens propiciavam aos marinheiros um primeiro conhecimento das ilhas próximas. O confronto reaberto em terras peninsulares com os árabes fez esquecer por algum tempo a disputa pelo novo espaço oceânico. Os portugueses tinham esperado até à definitiva saída do Algarve e à solução de problemas internos para regressarem ao oceano. O mesmo sucedeu com os reis católicos que fizeram depender o apoio à viagem de Colombo da vitória na guerra contra os mouros, que teve lugar em Granada no início de 1492.

O infante don Henrique e o senhorio de Lanzarote

O interesse e empenho do infante D. Henrique não ficaram apenas pela Madeira pois manifestaram-se também no empenho pela conquista de algumas das ilhas Canárias, o que conduziu à ideia de que o mesmo pretendia criar um reino insular. Daqui resultou o conflito bélico e diplomático entre as coroas peninsulares que perdurou até 1479. O reino insular, entendido apenas como sonho ou não, o certo é que teve repercussão na História destes arquipélagos.

A questão de disputa destas ilhas não era nova, pois arrastava-se já desde o século XIV, novos eram apenas os protagonistas e os interesses em jogo. A importância do conflito não se esgota na expressão das ambições dos protagonistas, refletindo-se no processo histórico consequente e no firmar das conexões humanas e comerciais com a Madeira⁴³. Os cronistas, como expressão da voz do seu tempo⁴⁴, revelam-nos a obsessão do infante e do rei pela posse das Canárias. Garcia de Resende diz-nos da intenção de incluir as ilhas no dote da infanta Dona Joana,

⁴³ PÉREZ VIDAL (1970), pp. 372; PÉREZ VIDAL (1991).

⁴⁴ O Conde de Arraiolos em carta de 22 de Abril de 1433 refere «as ilhas Canarias que desejais» (1982), *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Lisboa: Ed. Estampa, p. 56, e 1962, *Monumenta Henricina*, IV. Coimbra, num. 21, pp. 99-108.

sendo a situação considerada uma garantia para segurar a zona da Guiné de qualquer investida castelhana⁴⁵.

Sem dúvida que esta disputa pela posse das ilhas Canárias foi o prelúdio de outras e do confronto de objetivos exclusivistas, bem patentes nos reinos peninsulares. A defesa do *Mare Clausum* e os problemas sucessóricos das coroas provocaram o confronto entre Portugal e Castela, ao mesmo tempo que catalisaram as atenções da Europa para uma intervenção direta ou indireta no conflito. A ação do infante D. Henrique, a partir de finais do primeiro quartel do século XV, deu um novo rumo à querela. Com ele retomou-se a pretensão portuguesa ao domínio e cristianização das Canárias.

O alheamento parcial da coroa castelhana favoreceu e reforçou a posição henriquina, que deveria de enfrentar os interesses da burguesia andaluza, interessada na posse das Canárias, pelo facto de serem um importante mercado de escravos e materiais corantes e, mesmo, base de apoio para as posteriores incursões no litoral africano⁴⁶. Entretanto o monarca de Castela, grato pela intervenção da família de Las Casas, decidiu premiar o esforço solicitando, em 2 de Maio de 1421, ao papa a confirmação da posse das ilhas de Gran Canaria, Tenerife, La Gomera e La Palma a Afonso de Las Casas⁴⁷.

Ao infante D. Henrique restavam poucas alternativas para fazer valer os seus interesses e sonhos. Por um lado passava pela solução diplomática, fazendo valer aos direitos portugueses junto do papado. Por outro poderia socorrer-se de uma intervenção

⁴⁵ Diz o cronista: «[...] requeressem as ilhas das Canarias, que el Rey sempre desejou para mayor segurança de Guine.» 1973, *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa, p. 45. O mesmo é repetido por PINA (1950), p. 26.

⁴⁶ LADERO QUESADA (1977), num. 23, pp. 127-128; GODINHO (1952). Em 1434 o papa Eugénio IV proíbe pela bula «Regimini gregis» a escravização dos canários, *Monumenta Henricina*, V, num. 28, pp. 89-93; num. 52, pp. 118-123, letras «ucator omnium» de 17 de Dezembro; Ibidem, num. 93, pp. 184-185, letras «oudum nostras» de 13 de Janeiro de 1436.

⁴⁷ *Monumenta Henricina*, num. 18, pp. 14-16, concedida na mesma data por 5 anos pela letra «Sincere Devotionis», publ. Ibidem, num. 9, pp. 16-17. A 26 de Maio o monarca solicitou a concessão perpétua, veja-se Ibidem, num. 10, pp. 17-18.

bélica, legitimada pelo espírito de cruzada, no sentido de ocupar as ilhas ainda não conquistadas.

Para dar razão a esta última opção tivemos as expedições de D. Fernando de Castro (1424-1440⁴⁸) e de António Gonçalves da Câmara (1427). No âmbito diplomático tivemos a concessão papal em 1436 do direito de conquista das ilhas não ocupadas por cristãos durou enquanto não surgiu a reação castelhana, isto é, menos de um mês⁴⁹. Entretanto, D. Duarte, ignorando as alegações apresentadas pelo bispo de Cartagena ao concílio da Basileia (1435) e a deliberação papal, prosseguindo a política de intervenção direta no arquipélago, concedendo ao infante D. Henrique em 1446 o exclusivo do comércio e navegação⁵⁰. E, para assegurar esta determinação organizaram-se no mesmo ano três expedições.

Em 1448 a questão tomou novo rumo com os desentendimentos entre os Bettencourts e os Perazas, o que favoreceu os anseios do Infante D. Henrique. Maciot de Bettencourt aceitou a proposta de venda do direito de posse do senhorio da ilha de Lanzarote por 20.000 reais brancos ao ano e alguns interesses na Madeira, para onde se retirou com a família⁵¹.

Com o objetivo de assegurar a posse do senhorio o infante enviou em 1440 e 1441 duas armadas, que provocaram imediata reação de Castela em 1452⁵². Depois tivemos outra forma de intervenção através da presença dos missionários franciscanos enviados com o intuito de evangelizar os aborígenes⁵³. Entretanto, em 1455 o monarca Henrique IV de Castela doa aos Condes de Atouguia e Vila Real o senhorio das ilhas de Gran Canaria, Tenerife e Palma⁵⁴; de imediato a coroa portuguesa solicitou a

⁴⁸ Temos alguns testemunhos da expedição na chancelaria régia, confronte-se sumário da documentação no final.

⁴⁹ *Monumenta Henricina*, vol. V, num. 137, p. 281.

⁵⁰ *Ibidem*, IX, num. 95, pp. 121-123. Confronte-se ZURARA (1989), cap. LXXXIV, pp. 156-157.

⁵¹ *Ibidem*, IX, num. 174, pp. 273-275, 9 de Março de 1448.

⁵² *Ibidem*, XI, num. 138, pp. 172-179, 25 de Maio de 1452; *Ibidem*, num. 236, pp. 239-245, 10 de Abril de 1454.

⁵³ *Ibidem*, XII, num. 144, pp. 30-32, 27 de Maio de 1456; *Ibidem*, XIII, num. 151, pp. 315-316.

⁵⁴ *Ibidem*, XIV, pp. 239-332, nota 2.

confirmação papal da doação⁵⁵, mas, a reclamação de Fernão de Peraza obrigou o monarca castelhano a voltar atrás na sua palavra.

A proximidade da Madeira ao arquipélago canário em conjugação com o rápido surto do povoamento e valorização socioeconómica do solo madeirense orientaram as atenções dos madeirenses para esta promissora terra. Assim, decorridos apenas vinte e seis anos de povoamento, os colonos madeirenses atuam na disputa pela posse das Canárias ao serviço do infante. Em 1446 João Gonçalves, sobrinho de Zargo, foi enviado pelo infante a Lanzarote como plenipotenciário para firmar o contrato de compra da ilha. Acompanham-no caravelas de Tristão Vaz, capitão donatário em Machico e de Garcia Homem de Sousa, genro de Zargo⁵⁶. Passados alguns anos, em 1451, o infante enviou nova armada, organizada pelos moradores de Lagos, Lisboa e Madeira, participando nela Rui Gonçalves, filho do donatário do Funchal⁵⁷.

A intervenção madeirense nesta empresa Canárias conduziu a uma maior aproximação dos dois arquipélagos ao mesmo tempo que influenciou o traçado de vias de contacto e comércio. Do lado madeirense foi o saque fácil de mão-de-obra escrava para a safra do açúcar e o recurso ao cereal e à carne, necessários à nossa dieta alimentar⁵⁸. Pelas Canárias foi o uso da Madeira com porto de abrigo das gentes molestadas com a conturbada situação que aí se viveu no século XV e a procura de alguns artefactos e produtos de uso industrial, como foi o caso do sumagre. Por fim, registre-se, que como resultado das diversas expedições e investidas tivemos muitos escravos, que assumiram uma posição de destaque na Madeira, mas que também aparecem no reino, nomeadamente no Algarve⁵⁹.

⁵⁵ *Ibidem*, XIV, num. 140, pp. 322-324; *Ibidem*, num. 145, pp. 318-333.

⁵⁶ SARMENTO (1931), pp. 13-14.

⁵⁷ *Monumenta Henricina*, vol. XI, pp. 172-179.

⁵⁸ SIEMENS e BARRETO (1974), pp. 111-143.

⁵⁹ Confronte-se ZURARA (1973), *ob. cit.*, caps. IX, LXVIII, LXIX; CORREA (1993), pp. 764-765. Em 1439 Afonso Simões, o prior de Tavira, era proprietário de uma escrava canária, por nome Beatriz Gomeira, [SILVA MARQUES (1988), vol. III, p. 508].

O projecto henriquino de posse das Canárias mobilizou todos os grupos empenhados no processo de expansão atlântica, ficando disso testemunho em alguns epitáfios. Nuno Gonçalves, que morreu em 1459, apresenta no seu epitáfio, existente no Museu do convento de Cristo em Tomar, o seu orgulho em ter participado nesta campanha: «...E PER MAMDADO DO BIRTUOSO IFANTE DOM ANRRIQUE FOY A CANARIA A PRIMEIRA BEZ QUE FOY DESCUBERTA EM A QUALL FOY CATIVO HE E O DITO SENHOR IFANTE HO MANDOU TIRAR...»⁶⁰.

Também sabemos que o Infante terá mandado religiosos às Canárias. Foi o caso de Frei Diogo Álvares da Cunha, falecido em 1460, que em epitáfio existente na igreja de S. Francisco da Covilhã declara: «...E FOY NAS ILHAS DE CANARJA PER MANDADO DO MUJTO HONRRADO PRJNCJPE E MYTO VJRTUOSO SENHOR HO INFANTE DON ANRJQUE...»⁶¹.

Alguns, como João de Albuquerque, do conselho do rei, procuraram testemunhar os seus feitos através da inscrição sepulcral: «...O QUAL EM IDADE DE XVII ANOS FOY NA JDA DA GRÃ CANREA ONDE SE COMBATEO COM HUU INFANT... DO REY DA DITA CANAREA E O DESBARATOU E TROUXE PRESO AO ARAYAL, SOO PER SY»⁶².

A diplomacia regia e papal

A rivalidade de Portugal e Castela pela partilha do Mundo, para além dos aspectos diplomático e político, corporizados nos diversos tratados, não pode ser dissociada, por um lado, da ideia de *respublica cristiana*, onde o papado actua com mediador, e, por outro, da implícita sonegação da opção de partilha do mundo aos demais reinos europeus, situação que provocou uma imediata resposta, a partir do século XVI, sendo o curso a principal arma. Até ao século XV o Atlântico foi apenas um oceano que interessou aos reinos peninsulares mas a partir da era de quinhentos, revelados os grandes mercados e rotas oceânicas, todos os europeus reivindicam o direito de compartilhar a terra a até então disputada apenas por portugueses e castelhanos.

⁶⁰ SILVA MARQUES (1988), vol. I (suplemento), pp. 158-159.

⁶¹ SILVA MARQUES (1988), vol. I (suplemento), p. 270.

⁶² SILVA MARQUES (1988), vol. I (suplemento), p. 293.

A questão da partilha, tendo em conta a doutrina tradicional que definia o direito de posse das terras descobertas, o chamado direito de *res nullius*⁶³ bem como os direitos exclusivos de navegação e comércio, alicerçariam a teoria do *mare clausum*. Isto é, o mar oceano, conforme foi sendo revelado, ficou na posse dos descobridores. Para Portugal e Castela, estrategicamente posicionados à saída do Atlântico Sul, foi facilmente legitimada a defesa desta opção. Diferente foi, no entanto, a opção dos demais europeus que fizeram valer a teoria do *mare liberum*, isto é, do oceano como um património comum, legado a todos pelo testamento de Adão. Este confronto de opções gerou um aceso debate jurídico⁶⁴, mas também foi causador de afrontamentos violentos, materializados nas diversas atividades de corso⁶⁵.

A *respublica cristiana* definida pela autoridade papal joga um papel importante na arbitragem destes conflitos. Deste modo há que ter em atenção, não só as atitudes do papado, através das diversas bulas, mas também a perda de autoridade provocada pelo cisma do Ocidente e movimento protestante. A crise da *potesta* papal permitiu a que a partilha do mundo fosse legitimada por situações de facto.

A disputa pelos novos espaços e rotas oceânicas, que são expressão inúmeros tratados e bulas, a Madeira jogou um papel importante no sentido que foi o primeiro espaço a entrar na órbita do mercado europeu. A ilha, como primeira jóia do império português é a expressão da cobiça que se adivinha, por isso parte das opções portuguesas são delineadas na Madeira.

A partilha do mar oceano teve na Madeira um marco decisivo da sua expressão. Mas esta disputa pelo mar oceano é ante-

⁶³ Veja-se o que diz a este propósito FRUOSO (1984), p. 66: [...] os legistas e canonistas têm uma regra que diz primo occupanti conceditur locus que quer dizer: o primeiro, que ocupa e possui algum lugar, fica pelo descobrimento das terras, antes de serem dada as conquistas delas. O que primeiro descobria alguma ficava senhor dela, se queria e podia sustentar sua posse. Até que pelo Santo Padre (como senhor que é supremo e logo-tenente de Deus na terra, do espiritual e temporal do Universo) foi isto determinado e limitado entre os Reis de Portugal e Castela, [...]»

⁶⁴ Confronte-se MERA (1937); FREITAS (1960); MOLLAT DU JOURDIN (1993), pp. 160-162.

⁶⁵ PEREIRA (1985).

rior à expansão quatrocentista. Tudo começou com a questão das Canárias, a partir do momento que o papa Clemente VI concedeu a Castela a posse das ilhas. A resposta de D. Afonso IV de Portugal dá a entender o empenho lusíada na posse e conquista⁶⁶.

A ideia foi retomada com D. Duarte na década de setenta da centúria seguinte, conduzindo à negociação do primeiro tratado de partilha do mundo, que teve lugar em Alcáçovas em 1479. Até à assinatura do tratado tivemos um período de ativo antagonismo entre os reinos peninsulares, materializado na forma de fronteiras e na disputa pela posse das Canárias. A última é expressa por diversas expedições de ambos os lados e de uma hábil diplomacia junto do papado.

O Tratado de Alcáçovas tem o mérito de encerrar, ainda que temporariamente, esta disputa e de salvaguardar para Portugal a posse exclusiva da Costa da Guiné. Nos quatro anos que antecederam a assinatura a área africana esteve sob pressão das incursões da burguesia andaluza. O facto mais significativo do tratado está em Castela reconhecer de direito a Portugal o exclusivo da navegação e comércio na Guiné. A par disso o tratado legitimou juridicamente a partilha do mar oceano a partir do paralelo das Canárias, sendo por isso a consagração internacional do *mare clausum* português e castelhano, como se poderá verificar pela ratificação papal através da bula «*aeterni regis clementia*» de 21 de Junho de 1481.

A atitude, assumida pelo nosso principal rival e o pontificado legitimaram a opção monopolista da coroa portuguesa da navegação para as terras recém-descobertas e ocupadas. As decisões internas, definidas em 1443⁶⁷, 1446⁶⁸ e 1474⁶⁹, tiveram o beneplácito do nosso rival e a ratificação pontifical. Estas eram

⁶⁶ Veja-se *Monumenta Henricina*, 14 vols., 1960-1973.

⁶⁷ Carta régia de 22 de Outubro de 1443 proibindo a navegação além do Bojador sem licença expressa do Infante D. Henrique, publicada *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, p. 435.

⁶⁸ Carta régia de 22 de Outubro de 1446 proibindo a navegação às Canárias sem a autorização do Infante, publicado, *Ibidem*, p. 445.

⁶⁹ Lei de 31 de Agosto de 1474, em que D. Afonso V, condena à pena de morte todos aqueles crimes resultantes da navegação ou comércio sem licença régia, *Ibidem*, III, p. 153.

severas, pois permitiam a pena de morte aos infratores. Foi isto que sucedeu a Eustache Delafosse, mercador de Tournay, preso a 6 de Janeiro de 1480 na Costa da Guiné. Valeu-lhe a evasão, que o evitou de morte certa⁷⁰.

A legitimidade para a opção portuguesa de posse das terras no espaço atlântico ficou definida pelas bulas papais. Em 1418 e 1438 o papa reconheceu esta ação na luta contra o infiel, apelando aos cristãos que aderissem a esta cruzada. Já em 1454⁷¹ o papa Nicolau V reconhece o labor lusitano, dando-lhe em compensação o domínio exclusivo das navegações, pescarias e comércio nas ditas terras, em boa hora reveladas. Diz o texto da bula: *E esta conquista que vai desde o Cabo Bojador e do Cabo não, correndo por toda a Guiné, e passando além dela vai para a playa meridional, declaramos pelo teor da presente que também tocou e pertenceu ao mesmo rei D. Afonso, os seus sucessores e ao Infante, com exclusão de quaisquer outros, e que perpetuamente lhes tocam e cabem por direito*». A posse é concedida no temor da «inveja, malícia ou ambição» de «algumas pessoas de outros reinos e nações». Esta bula foi confirmada por outra de Calixto III em 1456⁷².

Os tratados que estabelecem a divisão e limites das áreas de influência no espaço atlântico tiveram implicações diretas no arquipélago madeirense. As pazes conseguidas entre Portugal e Castela em 1479 levaram a um certo apaziguamento dos conflitos no mar. No decurso da década de setenta o temor das armadas castelhanas havia-se agravado. Em 1469⁷³ saíram a repique 600 homens contra os castelhanos, em 1473⁷⁴ os madeirenses tiveram de enfrentar uma destas armadas, que regressou em 15 de Agosto de 1479⁷⁵ colocando em perigo a navegação em a cos-

⁷⁰ Confronte-se ESCUDIER (ed.) (1992).

⁷¹ Bula de Nicolau V, *Romanus pontifex* de 8 de Janeiro, publ. SILVA MARQUES (1988), vol. I, pp. 503-535.

⁷² Bula *inter cetera* de 13 de Março de 1456, publicado Ibidem, pp. 535-540.

⁷³ A.R.M. (Arquivo Regional da Madeira), R.G.C.M.F. (Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal), tomo I, fols. 1 v-2 v, Arquivo Histórico da Madeira, vol. XV, pp. 47-48.

⁷⁴ A.R.M., R.G.C.M.F., tomo I, fol. 12 v, Arquivo Histórico da Madeira, vol. XV, p. 73.

⁷⁵ A.R.M., R.G.C.M.F., tomo I, fols. 14-15, Arquivo Histórico da Madeira, vol. XV, p. 98.

ta da Ilha, onde tomaram barcas e uma caravela do Algarve, carregadas de açúcar, seguindo-se em Santa Cruz o assalto a duas naus. O temor dos corsários castelhanos levou os madeirenses a proporem ao senhor da ilha a necessidade de fortificar o porto do Funchal, aspiração que só será atendida por D. Manuel, em finais do século XV.

A represália castelhana não deve ser alheia ao empenho dos madeirenses no processo de conquista das Canárias. Desde 1446 que é muito notada a presença de Madeirenses nas expedições às Canárias com o objetivo de conquista de qualquer das ilhas. Os Madeirenses são os primeiros a apoiar esta obstinada intenção do Infante D. Henrique⁷⁶.

A morte do Infante não quebrou o empenho português pela posse das Canárias, nomeadamente aos madeirenses que estavam empenhados em que as mesmas ilhas não escapassem à órbita portuguesa. Aí estava um importante mercado de mão-de-obra escrava necessária para a preparação do solo da ilha a fim de lançarem as sementes⁷⁷. Certamente que a notícia do tratado de pazes e de abandono definitivo da pretensão portuguesa à posse das Canárias não foi bem acolhido pelos madeirenses, que viam no arquipélago vizinho um espaço promissor como, na verdade, se veio a confirmar nos anos seguintes⁷⁸.

Já em 1466 o Infante D. Fernando recomendava aos madeirenses que abandonassem esse mercado e se virassem para os Açores: «*que tam bõo tanto e das minhas ylhas dos Açores e tam bõo retorno averem e melhor que de Canarias se em elle quiserem entrar*»⁷⁹. Mesmo assim eles teimaram na aposta e continuaram as ligações com as ilhas, conseguindo salvo-conduto para tal, como foi o caso de Nuno Cayado em 1477⁸⁰.

Idêntica atitude foi assumida por parte de Castela que procurou em diversos momentos condicionar as relações com as

⁷⁶ PÉREZ VIDAL (1991); VIEIRA (1990), pp. 261-274; LOBO CABRERA (1989), pp. 150-160.

⁷⁷ SIEMENS e BARRETO (1974), pp. 111-143; VIEIRA (1991 b).

⁷⁸ VIEIRA (1986).

⁷⁹ A.R.M., R.G.C.M.F., tomo I, fols. 226-229 v, Arquivo Histórico da Madeira, XVI, pp. 36-40.

⁸⁰ AZNAR VALLEJO (1981), num. 458.

ilhas portuguesas como forma de represália, mas, na verdade, os insulares fizeram-se surdos a estes apelos e continuaram a apostar nestes circuitos comerciais. Tenha-se em conta, por exemplo a atitude do Cabildo de Tenerife que em 1518 se manifesta favorável aos contactos com a Madeira, pois «*está muy apartada de Castilla y encerra a la isla de Madera y otras partes de Portugal, por lo que todo su trato es com los portugueses quienes envían proveimientos necesarios a la isla en sus próprios navios*»⁸¹. Esta é uma constatação da realidade que marcou estes arquipélagos em causa.

A política de monopólio, consignada nas bulas papais e tratados peninsulares, teve reflexos práticos no dia a dia da atividade externa da ilha da Madeira. Em primeiro lugar foram as medidas limitativas da presença e fixação de estrangeiros no Funchal. Estes até 1489 não tiveram a vida facilitada, pois só nesta data D. Manuel recomenda que fossem considerados como «*naturaes e vizinhos de nossos regnos*»⁸². Nas cortes de 1482, os mercadores da Madeira e Lisboa levantaram a voz contra os mercadores estrangeiros.

Foi, na verdade, D. Manuel quem promoveu a fixação de estrangeiros na ilha, contrariando a política xenófoba dos madeirenses. A presença de mercadores castelhanos é uma realidade muito tardia e apenas se torna notada no final do século XVI com a união das coroas peninsulares.

Com a morte em 1474 de Henrique II de Castela ficou vago o trono, sendo D. Joana a pretendente com ausência de D. Afonso V que a pretendia desposar. Mas os intentos são gorados na Batalha de Toro e D. Joana acolhe-se a um Convento onde vem a falecer em 1530. Deste enlace não consumado terá nascido um filho que, mantido em maior segredo, foi desterrado para a Madeira. Este seria Gonçalo Fernandes, vizinho do Arco da Calheta. Com ele ficou reconhecido a Portugal os direitos de posse das ilhas da Madeira e Açores. Esta indicação poderá estar relacionada com os interesses de Aragão e Castela a reivin-

⁸¹ LOBO CABRERA (1992), p. 625.

⁸² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Gavetas*, XV-5-8, Évora, 22.DEZ.1489.

dicar o domínio religioso da Madeira, através dos franciscanos⁸³.

3. MOBILIDADES HUMANAS. OS INSULARES

O mundo insular atlântico, que se afirmou por diversos arquipélagos é uma realidade a partir do século XV e resulta da partilha feita pelos reinos peninsulares, legitimada nos tratados estabelecidos para o controlo do espaço oceânico. Esta diversa soberania não foi entrave ao estabelecimento de contactos mútuos entre os arquipélagos. Há uma dimensão insular da história do Atlântico que atesta esta realidade, dando voz a uma permanente inter-ligação e comunicação de pessoas, produtos, técnicas, culturas e palavras. O movimento opera-se em ambos os sentidos e conduz a que em cada arquipélago se possa sinalizar traços evidentes da mútua relação do passado que ainda hoje persiste no quotidiano.

A conjuntura política subjacente ao momento inicial de ocupação do espaço atlântico e as formas de relacionamento entre as coroas peninsulares foram importantes na forma como se estabeleceram e persistiram as conexões canário-madeirenses.

No século XV a vinculação da Madeira a Lanzarote se filia na célebre na disputa das coroas peninsulares pela posse das Canárias. Já em finais do século seguinte a reafirmação e alargamento dos contactos a todo o arquipélago canário foram resultado da ocupação da ilha em 1582 por D. Agustin Herrera, ato que materializou a união das coroas peninsulares e de laços ainda mais estreitos entre as comunidades das ilhas da Madeira e Lanzarote. Nos Açores tivemos, desde 1582, a presença de importantes contingentes militares espanhóis em que foi reduzida a presença de canários, sendo, assim, distinto efeito social desta conjuntura de união das coroas foi distinta.

Partindo destas conjunturas assinaladas podemos definir dois momentos que pautaram a forma de relacionamentos dos arquipélagos. Assim, o primeiro momento permitiu a afirmação madeirense em Lanzarote, enquanto o segundo, para além do

⁸³ Confronte-se 1961. *Monumenta Henricina*, vol. III, pp. 14-17 e 49-56.

natural reforço da realidade das conexões canário-madeirenses condicionou a presença canária no Funchal, que nunca foi muito significativa.

Se à componente política se deverá conceder o mérito de abertura e incentivo das conexões humanas, ao fator económico ficou a missão de reforçar e sedimentar este relacionamento. Desta forma os contactos comerciais surgem em simultâneo como consequência e causa das migrações humanas e disputas. Mas, como veremos adiante, este intercâmbio só adquiriu a plenitude nos séculos XVI e XVII, incidindo preferencialmente no comércio de cereais dos mercados de Tenerife, Fuerteventura e Lanzarote, porque na verdade a Madeira tinha nestas ilhas o seu principal *granero* de cereais, primeiro Tenerife e, depois, a ilha de Lanzarote, conhecida como o *granero* de Canárias⁸⁴. Nas centúrias seguintes o movimento contínuo mas sem a mesma pujança e dimensão deste primeiro momento, pouco a pouco, cada um dos arquipélagos foram definindo rumos diversos que em vez de propiciarem a complementaridade de produtos e serviços conduziram ao confronto e concorrência.

3.1. *Mobilidades Humanas*

Por todas as circunstâncias atrás aludidas a presença portuguesa nas Canárias acontecem e consolidou-se de forma natural, alheia a todos os conflitos entre as coroas peninsulares.

A Madeira pela posição charneira entre os Açores e as Canárias e da anterioridade no processo de povoamento, foi, desde meados do século XV, um importante viveiro fornecedor de colonos para estes arquipélagos e um elo de ligação entre eles.

A ilha funcionou mais como polo de emigração para as ilhas do que como área recetora de imigrantes. Se excetuarmos o caso dos escravos guanches e a inicial vinda de alguns dos primeiros conquistadores de Lanzarote, podemos afirmar que o fenómeno é quase nulo, não obstante no século dezasseis os açorianos surgirem com alguma evidência no Funchal.

⁸⁴ LOBO CABRERA (1992), p. 631.

Nas Canárias a presença dos insulares portugueses assume diversa razão. Assim enquanto os madeirenses se situam maioritariamente no sector do comércio e dos ofícios, os açorianos são trabalhadores, muitas vezes sazonais, ligados às atividades agrícolas⁸⁵.

O papel da Madeira neste sistema de inter-relações e a importância da comunidade madeirense neste arquipélago é destacado por todos os autores que se têm dedicado ao tema; os inúmeros estudos realizados nos últimos anos vão no sentido desta valoração. Aliás, já J. Perez Vidal havia já chamado a atenção para o papel da Madeira neste quadro de influências e relações⁸⁶. É certo que estamos perante uma presença variada de portugueses de todas as regiões do país⁸⁷, mas esta familiaridade canário-madeirense foi dominante no quadro de relacionamentos, jogando a ilha um papel chave.

A intervenção madeirense na empresa canária, que referenciamos acima, conduziu a uma maior aproximação dos dois arquipélagos ao mesmo tempo que influenciou o traçado de vias de contacto e comércio entre os dois arquipélagos. Pela Madeira tivemos, primeiro, o saque fácil de mão-de-obra escrava para a safra do açúcar e, depois, o recurso ao cereal e à carne, necessários à dieta alimentar do madeirense⁸⁸. Pelas Canárias foi refúgio para alguns dos primeiros conquistadores.

⁸⁵ TORRES SANTANA (1997), pp. 287-302; FAJARDO SPÍNOLA (1990), p. 681.

⁸⁶ «Buena parte de los portugueses establecidos en Canarias y los que traficaban con estas islas procedía, como se habrá visto, de la Madeira. Era un hecho perfectamente natural. Ambos archipiélagos constituían sendas avanzadas de Portugal y España en sus empresas de descubrimiento; fronteras bases en el arranque de los caminos marítimos hacia las nuevas tierras. Entre uno y otro era importante y frecuente el intercambio; pero la corriente principal se dirigía del de la Madera al de las Canarias: la Madera alcanzó pronto una gran población relativa: la conquista de las Canarias terminó mucho después: además las Canarias se hallaban más al sur y más próximas al África, precisamente en la dirección que seguía entonces el incontenible movimiento de expansión atlántica». PÉREZ VIDAL (1991), p. 59.

⁸⁷ Diversos autores destacam a presença de portugueses de outras regiões. Veja-se. PÉREZ VIDAL (1991), p. 59-64; MORERA (1994), pp. 16-17; BRITO GONZÁLEZ (1997), pp. 49, 116-118; LOBO CABRERA (1979), p. 18.

⁸⁸ SIEMENS e BARRETO (1974), pp. 111-143; VIEIRA (1988).

Em 1476 com a conquista levada a cabo por Diego de Herrera muitos dos descontentes com a situação saíssem para a Madeira ou Castela⁸⁹. Tenha-se em conta que para muitos madeirenses as Canárias foi também desde o início um espaço de fuga. Isto voltou a acontecer no século XVI com muitos judeus, mas também como outras situações como foi o caso de António Gonçalves da Câmara, da Ribeira Brava, que homiziado se refugiou neste arquipélago. Mais tarde, nos séculos XVIII e XX, esta proximidade foi aproveitada de novo como trampolim para a fuga de maçons perseguidos pela Inquisição⁹⁰ ou de prisioneiros de causas políticas, como aconteceu em 1919 com um grupo de monárquicos da Revolta do Monsanto, presos no Lazareto de Gonçalo Aires, que com ajuda de pescadores se refugiaram em Tenerife.

A corrente migratória de Canárias para a Madeira, resultante do descontentamento gerado pelo processo de conquista e ocupação do arquipélago, havia começado e já em meados do século XV, sendo arauto Maciot de Bettencourt, que, amargurado com o evoluir do processo e em litígio com os interesses da burguesia de Sevilha, cedeu em 1448 o direito do senhorio de Lanzarote infante D. Henrique mediante avultada soma de dinheiro, de fazendas e regalias na Madeira⁹¹.

Esta corrente emigratória começou, assim, com Maciot de Bettencourt. O sobrinho do conquistador de Lanzarote preferiu o sossego da vila do Funchal ao governo da sua ilha. Foi o primeiro passo de ramificação atlântica desta família normanda⁹². Maciott de Bettencourt, no desterro, foi acompanhado da sua filha Maria e os seus sobrinhos e netos Henrique e Gaspar; todos conseguiram uma posição de prestígio e avultadas fazendas

⁸⁹ ABREU GALINDO (1977), p. 134; SARMENTO (1931), p. 20.

⁹⁰ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ (1991).

⁹¹ FRUTUOSO (1966), p. 69; 1981, *ibidem*, livro IV, vol. II, Ponta Delgada, p. 263; LEITE (1947), p. 32; *Monumenta Henricina*, vol. IX, num. 174, pp. 273-275.

⁹² FRUTUOSO (1977), livro IV, vol. I, pp. 103-113; SILVA (1984), vol. I, pp. 138-139; NORONHA (1947), vol. I, pp. 51-74; 1952, *Nobiliario de Canarias*, tomo I, La Laguna, pp. 595-600; ROSA OLIVEIRA (1956), num. 2, pp. 130-135.

mercê do relacionamento matrimonial com as principais famílias da Madeira.

D. Maria de Bettencourt, por exemplo, casou com Rui Gonçalves da Câmara, filho segundo do capitão do donatário do Funchal. Iniciava-se, assim, uma nova vida para esta família de origem normanda que das Canárias passou à Madeira e aos Açores, relacionando-se aí com a principal nobreza da terra, o que lhe valeu uma posição destacada na sociedade madeirense e micaelense do século XVI.

A compra em 1474 por Rui Gonçalves da Câmara da capitania da ilha S. Miguel implicou a ramificação desta família aos Açores. Com D. Maria Bettencourt seguiu para Vila Franca o seu sobrinho Gaspar que mais tarde viria a encabeçar o morgadio da tia em S. Miguel, avaliado em 2.000 cruzados⁹³. Os filhos deste, Henrique e João evidenciaram-se na época pelos serviços prestados à coroa, tendo recebido em troca muitos benefícios. Henrique de Bettencourt preferiu o sossego das terras da Band'Além, na Ribeira Brava, onde vivia em riquíssimos aposentos; instituiu um morgadio e teve uma ativa intervenção na vida municipal e nas campanhas africanas. Os descendentes destacaram-se na vida local e em diversas campanhas militares em África, Índia e Brasil⁹⁴.

Se a primeira vaga migratória traçou o rumo e destino madeirense, a expedição pacificadora de D. Agustin Herrera, conde de Lanzarote, em 1582, sedimentou e estreitou os contactos entre a Madeira e Canárias, mas de forma especial com a ilha de Lanzarote.

O próprio conde de Lanzarote, na curta estadia na ilha, foi um dos arautos deste relacionamento, pois ligou-se aos Acciaiolis, importante casa de mercadores e terratenentes florentinos, fixada na ilha desde 1515. As hostes seguiram-lhe o exemplo, tendo muitos dos trezentos homens do presídio criado família na ilha.

No período de 1580 a 1600 os espanhóis surgem em primeiro lugar na imigração madeirense⁹⁵. O fim da união peninsular

⁹³ Veja-se FRUCTUOSO (1981), livro IV, vol. II, pp. 261-272.

⁹⁴ (1968) *Ibidem*, livro II, pp. 227 e 274; LEITE (1947), pp. 39-41 e 72; DRUMOND. (s.a.), fols. 9-10 v; GONÇALVES (1952), vol. V. num. 4. pp. 8 e 74.

⁹⁵ MELO (1979), num. 6.

e o descerco em 1640 trouxeram consigo consequências funestas para tal relacionamento; os madeirenses residentes em Lanzarote foram alvo de represálias, sendo de referir o confisco dos bens do filho varão de Simão Acciaioli que casara com a filha do Conde de Lanzarote.

A presença dos guanches na Madeira na condição de escravos foi um dos principais resultados da situação atrás exposta da intromissão dos madeirenses na pretensão portuguesa para conquista das Canárias. Já na primeira metade do século XV tivemos algumas incursões de que resultaram o aprisionamento de escravos, de que temos notícia de três (1425, 1427, 1434) com partida da Madeira. Com a expedição à costa africana de 1445 o madeirense Álvaro de Ornelas fez um desvio à ilha de La Palma onde tomou alguns indígenas que conduziu à Madeira. Nas inúmeras viagens organizadas por portugueses entre 1424 e 1446, surgem escravos como mercadoria que depois era vendida na Madeira ou em Lagos.

A partir de meados do século XV, são assíduas as referências a escravos canários na ilha da Madeira, identificados como pastores e mestres de engenho⁹⁶. Estranhamente, nos testamentos do século XV, não encontramos nenhuma indicação que abonasse a presença de qualquer escravo guanche. Para além dos dois que possuía o capitão Simão Gonçalves da Câmara, sabe-se que João Esmeraldo, na Lombada da Ponta do Sol, era também detentor de escravos desta origem, sem ser referido o número⁹⁷. Cadamosto, na primeira passagem pelo Funchal em 1455, fala-nos de um canário cristão que se dedicava a fazer apostas sobre o arremesso de pedras⁹⁸.

Nos anos de 1445 e 1446 estão documentadas diversas expedições às Canárias, que contribuíram para o aumento da presa de escravos do arquipélago na Madeira. Em 1445 ambos os ca-

⁹⁶ SIEMENS e BARRETO (1974), pp. 111-143. Aqui utilizamos o termo canário para designar os escravos oriundos do arquipélago das Canárias, não obstante esse termo querer significar os habitantes de Gran Canária. Mas segundo FRUTUOSO (Ob. Cit., livro primeiro, p. 73), «desta (Gran Canaria) tomaram o nome geral de canários os habitadores das outras, ainda que também seus particulares nomes».

⁹⁷ FRUTUOSO (1979), p. 124.

⁹⁸ GARCÍA (1983), p. 86.

pitães da ilha —Tristão Vaz e Gonçalves Zarco— enviaram caravelas de reconhecimento à costa africana, mas o fracasso da viagem levou-os a procurar garantia da cobertura da despesa, buscando uma presa em La Gomera. Álvaro Fernandes fez dois assaltos em La Gomera e em 1446 foi enviado por João Gonçalves Zarco, segundo Zurara a intenção de realizar alguma presa. É a partir daqui que devemos situar a importância que assumiram os escravos canários na sociedade madeirense.

O principal estigma da sociedade madeirense para com este grupo está nos fugitivos, que são apresentados como violentos e ladrões. E mesmo entre os demais as relações não deveriam ser muito famosas, uma vez que o senhorio da Madeira determinou em 1483⁹⁹ uma devassa, seguida de ordem de expulsão em 1490¹⁰⁰. De acordo com este último documento todos os escravos canários, oriundos de Tenerife, La Palma, La Gomera e Gran Canaria, excetuando-se os mestres de açúcar as mulheres e as crianças, deveriam ser expulsos do arquipélago. Mas o infante apenas os considerou forros¹⁰¹.

Em 1503¹⁰² o problema ainda persistia, ordenando o rei que todos eles fossem expulsos num prazo de dez meses. De novo a coroa retrocedeu abrindo uma exceção para aqueles que eram mestres de açúcar e dois escravos do capitão —Bastiam Rodrigues e Catarina—, por nunca terem sido pastores¹⁰³.

Desde muito cedo que está documentada a presença lusíada nas ilhas Canárias, tendo a Madeira como um dos principais eixos do movimento. A presença alargou-se às ilhas de La Pal-

⁹⁹ A.H.M, vol. XV, pp. 122-134.

¹⁰⁰ Ibidem, vol. XVI, pp. 240-244

¹⁰¹ Ibidem, vol. XVI, pp. 260-265. A 4 de Dezembro de 1491 houve reunião extraordinária da câmara para deliberar sobre o assunto. A ela assistiram o capitão do Funchal, Simão Gonçalves da Câmara, os oficiais concelhios e homens bons. Ao todo eram vinte e cinco, destes onze votaram a favor da saída de todos, nove apenas dos forros e quatro à sua continuidade na ilha. Dos primeiros registou-se a opinião de João de Freitas e Martim Lopes, que justificam a sua opção, por todos os canários, livres ou escravos, serem ladrões. Para Mendo Afonso não era assim que se castigava tais atropelos, pois existia a força como solução. Se consideramos que cada um dos presentes pretendia defender os seus interesses, podemos concluir que talvez dos presentes eram proprietários de escravos canários.

¹⁰² Ibidem, vol. XVII, pp. 440-441.

¹⁰³ Ibidem, vol. XVII, pp. 450-451.

ma, Lanzarote, Tenerife e Gran Canaria. Os portugueses assumiram um lugar de relevo, situando-se entre os principais obreiros da valorização económica das ilhas. Eles foram exímios agricultores, pescadores, pedreiros, sapateiros, mareantes, deixando marcas indeléveis da portugalidade na sociedade canária¹⁰⁴.

A tradição bélica e aventureira de alguns madeirenses levou-os a participar ativamente nas campanhas de conquista de Tenerife, recebendo por isso, como recompensa, inúmeras dadas de terra. Daí resultou a forte presença lusíada nesta ilha, onde em algumas localidades, como Icode e Daute, surgem como o grupo maioritário. Aliás, Granadilla foi fundada por Gonzalo Gonzalez Zarco filho de João Gonçalves Zarco, capitão do donatário do Funchal.

A prova mais evidente da importância da comunidade lusíada na ilha está documentada nos «*acuerdos del cabildo de Tenerife*» onde as referências são constantes e assumem um lugar de destaque na sociedade, sendo sempre referenciados em segundo lugar:

O mesmo se poderá dizer para a ilha de La Palma onde os portugueses marcaram bem forte a sua presença, tendo a testemunhá-lo a existência de alguns registos paroquiais feitos em português. Entretanto em Lanzarote o forte impacto madeirense está comprovado pelas inúmeras referências da documentação e pelo testemunho de Vieira y Clavijo de que a Madeira era familiar para os lanzarotenhos que era aí conhecida como a *ilha*¹⁰⁵.

As mudanças operadas na conjuntura política a partir dos acontecimentos do ano de 1640 condicionaram a presença do madeirense. Ele que até então usufruía de um estatuto preferencial na sociedade e economia lanzarotenha, por exemplo, desaparece paulatinamente do palco de ação. Não sabemos se isto tem algum significado, mas o certo é que depois disso os poucos que conseguimos rastrear na documentação procuram ignorar ou apagar a sua origem, surgindo apenas como vizinhos sem outra referência.

¹⁰⁴ PÉREZ VIDAL (1991), pp. 24 e 66-67.

¹⁰⁵ VIERA Y CLAVIJO (1967), tomo I, pp. 737 e 740-741. Tenha-se em conta o que diz GONÇALVES (1952), vol. II, num. 11, p. 26

A situação coincide com o fim das trocas comerciais incidindo sobre os cereais de Canárias, pois a partir de 1641 deixou de aparecer no Funchal, sendo substituído pelo açoriano ou por novos mercados como a Berbéria e América do Norte. Aqui, ocorre-nos perguntar se esta ausência do cereal de Canárias será ela resultado da crise da cultura cerealífera canária ou fruto da ambiência de mútua represália peninsular?

Os conflitos entre Portugal e Espanha prolongaram-se por algum tempo, mas com a assinatura das pazes em Madrid, no ano de 1668 estava aberta a via para o restabelecimento dos contactos inter-arquipélagos. Mas, entretanto, Portugal havia já firmado alguns compromissos com alguns aliados, nomeadamente com a Inglaterra em 1661, que estabelecia uma forma diferente de controlo e domínio do espaço atlântico, consolidando assim a hegemonia crescente dos ingleses.

A partir do momento que se abriram os portos dos arquipélagos a uma troca mútua isenta de entraves e embargos, estão criadas as condições para a mobilidade de gentes e produtos entre os arquipélagos. A História documenta esta continuidade mas não mais com a mesma pujança de momentos anteriores.

A Madeira desfrutava de condições de prosperidade com uma situação preferencial de exportação do seu vinho para o mercado colonial britânico e os madeirenses não viam mais as Canárias como terra de promessa, pois que as portas do mercado do outro lado do Atlântico estavam abertas sem necessidade de recurso a estas ilhas das Canárias. Mesmo assim, como já o dissemos e aqui o reafirmamos, o movimento foi retomado nos dois sentidos. Assim de entre os inúmeros anónimos que ainda não foi possível descobrir o rastro na documentação histórica, podemos assinalar para o século XVIII o caso de Manuel Álvarez Pereira, importante mercador de Lanzarote, empenhado na troca de cereais por barrilha¹⁰⁶, como de Alvarez Rixo entre 1812 e 1814¹⁰⁷. Por outro lado os trabalhos realizados sobre as comunidades estrangeiras em Canárias, abaixo referenciados na bibliografia, atesta da continuidade e importância da comunidade portuguesa no decurso do século XVIII.

¹⁰⁶ HERNÁNDEZ GONZÁLEZ (1991), p. 100.

¹⁰⁷ HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ (1990), pp. 291-310.

*Vestígios e testemunhos de uma história de partilhas
e diálogos mútuos*

A mobilidade de gentes entre os arquipélagos propiciou múltiplas influências no quotidiano que em algumas situações ainda hoje podem ser testemunhadas de diversas formas, nomeadamente através da toponímia e linguística.

Não ficou por aí esta inter-acção entre os arquipélagos podendo-se, através da análise comparada das técnicas de produção agrícola, da preparação de artefactos, encontrar similitudes que podem indiciar algumas influências mútuas.

Hoje sabemos que a comunidade portuguesa em Canárias propiciou inúmeras influências, ainda visíveis nas aporções linguísticas e etnográficas. Neste caso são evidentes nos portuguesesismos na nomenclatura dos ofícios, utensílios e produtos a que estiveram ligados: açúcar, vinho, pesca, construção civil e fabrico de calçado¹⁰⁸.

Muitas das técnicas e nomenclatura associada a estas atividades estão indissociavelmente ligadas a estes e mostram na maioria dos casos que são de proveniência portuguesa, quase sempre com passagem pela Madeira.

Se tivermos em conta o pioneirismo madeirense na agricultura de produção para o mercado, assente nas culturas da vinha e dos canaviais não será difícil de associar mais esta influência à prática destas culturas nas Canárias, onde vemos também muitos madeirenses relacionados. Assim, se foram os madeirenses a levar algumas cepas e canaviais, também deverão ter juntado as técnicas e formas de trabalho e transformação destas culturas para as adequar ao mercado de exportação. Para a cana-de-açúcar foram as técnicas de regadio, como também os engenhos de moenda, enquanto para a vinha notamos idênticas similitudes nas latadas de La Palma, como nas tipologias dos lagares¹⁰⁹. Recorde-se a este propósito que a Madeira fornecia estes ilhas de arcos e madeira para pipas.

¹⁰⁸ Confronte-se PÉREZ VIDAL (1991); PÉREZ VIDAL (1985), pp. 44-102; MORERA (1990, 1991 e 1993); MARTÍN RODRIGUES (1978), pp. 24-48.

¹⁰⁹ FERNÁNDEZ-ARRESTO (1982); AFONSO PERES (1984), pp. 229-230. Note-se que a este propósito da vinha e do vinho RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ (1976), apresenta como sendo de proveniência andaluza.

No sentido inverso tivemos algumas influências resultantes da presença dos aborígenes de Canárias na Madeira e Açores. A sua passagem como escravos ou os assíduos contactos entre as ilhas favoreceu estas aportações. Na ilha de S. Miguel, não obstante estarem testemunhados apenas dois guanches —um pastor e outro mestre de engenho— a sua presença deixou rastro na toponímia com o pico e lagoa do canário.

Os canários foram os primeiros escravos a chegar à Madeira, data de 1425 a primeira informação da sua presença, altura em que os portugueses iniciaram as incursões regulares para captura de escravos nestas ilhas. Da presença dos *canarios* e mouros na Madeira ficaram rastros evidentes na documentação, toponímia e tradição oral.

No caso da toponímia, que identifica acidentes geográficos e grutas, é de salientar a sua localização no interior da ilha e que os relaciona com os fugitivos ou pastores, maioritariamente *canarios*. Deste modo associa-se a eles a tradição na construção de furnas para habitação no concelho da Ribeira Brava¹¹⁰ e culto religioso, como sucede com a capela cristã do século XVII da freguesia de S. Roque do Faial, que teria sido construída no local de um templo associado a estes, ditos mouros.

A tradição associa todas as estruturas com aparato sagrado aos mouros, seguindo uma tradição peninsular em que tudo o que não é cristão é merecedor deste epíteto. Na Madeira segue-se esta tradição apontando-se todas estas construções ao culto de «*mouros*». A par disso existem no interior da ilha, nomeadamente na zona do Paul da Serra, diversas estruturas escavadas na rocha, como construções que não estão ainda identificadas

¹¹⁰ Estão referenciadas grutas nos seguintes locais: Cais do Campanário, Calhau da Pesqueira (P. do Pargo), Furna do Negro (Ribeira Seca), Ribeira da Tabua, Lapa do Castelhana (Paul da Serra), Eira da Moira (Serra de Água), Furna da Moira (Lugar da Serra). Todas as grutas do litoral e interior denotam uma actualização recente, tornando-se difícil saber a autoria e o início do seu funcionamento. No caso do Campanário e Ponta do Pargo liga-se à actividade do mar, enquanto as do interior, caso esteja próximas de terrenos agrícolas, são armazéns de guarda dos utensílios agrícolas e palheiros para o gado, e, as da zona de floresta denotam utilização por carvoeiros, pastores e viajantes.

e estudadas, mas que podem muito bem-estar associadas à presença deste grupo.

A influência destes canários, na condição de escravos ou não, não se fica apenas pelos lugares recônditos da ilha, pois também chegou ao meio social madeirense. Em primeiro lugar podemos encontrar alguns guanchismos como tabaiba, Garachico, massapez e guincho. Depois outras mais situações surgem a testemunhar esta mútua influência cultural, nomeadamente a generalização do consumo do gofio, que assumiu um papel fundamental na dieta das populações do Porto Santo, com a designação de gofe, mas que também surge na Madeira, como é o caso da Camacha¹¹¹.

Outra aportação desde Canárias para a Madeira deverá estar, pensamos nós, nas técnicas ligadas aos meios de transporte do vinho. Assim o uso de odres, o borracho na nomenclatura madeirense, para transportar o vinho deverá ter a ver também com esta influência berbere, não obstante o seu uso peninsular, sendo referenciado em Lisboa para o transporte de mel e azeite¹¹². Para esta influência canária na generalização deste meio de transporte do vinho temos em conta o seguinte. É conhecida a tradição dos canários no tratamento dos couros, nomeadamente do gado caprino, que usavam como vestuário ou *bota* para transporte de líquidos (leite, vinho)¹¹³.

O povoamento cinegético das ilhas Desertas com as cabras de Canárias¹¹⁴ poderá ser mais um elemento a corroborar esta situação, tendo em conta o uso preferencial, nos dois espaços da pele de cabra com a mesma finalidade. Finalmente, tenha-se em conta que, quer os *canários* (em Mesquer na ilha de Fuerteventura) quer os berberes em Marrocos (em Marrakech), tinham instalações para o curtume de peles cuja estrutura se apresenta semelhantes às que conhecemos na Serra de Água e Tábua na ilha da Madeira¹¹⁵.

¹¹¹ PEREIRA (1968), pp. 579-580.

¹¹² [...] (1959) *Livro das Posturas antigas*, Lisboa, p. 59.

¹¹³ GALVÁN TUDELA (1980)

¹¹⁴ SIEMENS HERNÁNDEZ e BARRETO (1979 b), pp. 7-9; SIEMENS HERNÁNDEZ e BARRETO (1974), pp. 117-120.

¹¹⁵ MARTÍN RODRÍGUEZ e VELASCO VÁZQUEZ (1999).

A situação destas estruturas da Ribeira da Serra da Água e Ribeira da Tabua, em pleno leito da ribeira, indicia a sua relação com qualquer indústria de curtumes que deverá ter existido e a que não deverá ser alheia a presença de escravos *canarios* e mouriscos. Todavia, a documentação e tão pouco os locais deixam indícios deste tipo de utilização, ficando esta apenas como a hipótese mais plausível do seu uso. A sua presença está também testemunhada na toponímia local, com os seguintes topónimos. Pico do Canario, Garachico, Massapez, ilhéu do Guincho. Estas evidências da documentação, complementadas pelos usos e costumes, técnicas de construção e produção, toponímia, são a expressão de uma relação histórica que abraçou ambos os arquipélagos.

Comunidades insulares atlânticas

Para os portugueses a perda das Canárias abriu um flanco que viria a pôr em causa a ideia de «*mare clausum*» português. O infante D. Henrique e os monarcas pagaram caro a perda, cuja disputa se jogou tanto junto da diplomacia papal, como no campo de batalha. Não obstante o senhorio das ilhas portuguesas insistir nos anos sessenta no corte do relacionamento e consequente comércio o certo é que os madeirenses e açorianos não lhe fizeram caso. A disputa pela posse das Canárias fora o motivo que dera início ao estreitamento de relações comerciais entre os arquipélagos dos Açores e Madeira com as Canárias.

O comércio entre as ilhas dos três arquipélagos atlânticos, de forma especial entre a Madeira, Açores e Canárias, surge como resultado da complementaridade da exploração económica como da proximidade e assiduidade de contactos. A Madeira, pela posição privilegiada entre os arquipélagos vizinhos, valorizou de forma clara estes contactos. Esta proximidade e facilidade nos contactos permitiram a que a Madeira fizesse depender o abastecimento do seu celeiro, nos séculos XV a XVII, das Canárias, nomeadamente com Tenerife, Lanzarote e Fuerteventura.

A ilha de Lanzarote foi nos séculos XVI e XVII o principal *granero canario* de abastecimento da Madeira. O cereal foi o

principal produto e a justificação para a permanência deste elo de ligação, traçado em princípios do século xv pela comunidade normanda daí oriunda. A data de 1640, de restauração da independência e da monarquia portuguesa, poderá ser entendida apenas como uma pausa momentânea, mas não o fim do relacionamento humano e comercial da Madeira com as Canárias. Madeirenses e canarianos quase que continuam alheios e quanto as portas institucionais se fecham às do secular convívio e familiaridade continuam abertas. As políticas de enfrentamento dos impérios coloniais raras vezes puseram em causa este relacionamento.

Por outro é por demais evidente o impacto português no arquipélago das Canárias. O que prova o empenho permanente das ilhas portuguesas neste espaço. Ainda hoje um pouco por todo o lado, desde Icod de Los Vinos em Tenerife, bem como em Garafia, Santa Cruz, Tazacorte, San Andrés e Sauces na ilha de la Palma, sentem-se e podemos encontrar os elementos que testemunham essa realidade¹¹⁶.

A ilha de La Palma foi um dos muitos recantos dos judeus que foram forçados a sair de Portugal e suas ilhas¹¹⁷. As Canárias para além de acolherem madeirenses sedentos de terras e riqueza também serviram de amparo para muitos destes perseguidos pelas suas convicções religiosas, a tal ponto de em 1590 o Inquisidor de Canarias referir que «*estas islas tienen mucha vecindad de la isla de Madera y viven en ella mucha cantida de vecinos que se han venido de aquella ysla y cada dia vienen...*»¹¹⁸.

A Madeira foi um porto de escala desta diáspora dos judeus portugueses, levando-os até às Canárias e a outros espaços no Atlântico, como o Brasil. Em 1568 Felipe Rodriguez, um mercador estante em Lanzarote, era visita permanente na ilha, pois segundo se declara «*se vino a tratar a la isla de Lanzarote, donde há tratado tiempo de veinte años, viniendo alli todos los años a tratar y contratar...*». Já em Las Palmas o tribunal não deixa de manifestar a sua preocupação pela comunidade portuguesa,

¹¹⁶ *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, ICP, referenciado por PÉREZ VIDAL (1991), pp. 28-29; MORERA (1994), pp. 12-14.

¹¹⁷ ANAYA HERNÁNDEZ (1990), pp. 685-700.

¹¹⁸ FAJARDO SPÍNOLA (1990), p. 675.

pois que aqui «*en esta ciudad ay muchos hombres ansianos naturales de la Madera*»¹¹⁹. Desta forma judeus e insulares são cúmplices de uma mesma realidade que os conduz pelas ilhas alheios a fronteiras políticas ou religiosas.

A presença portuguesa foi significativo nas Canárias, maioritariamente insular, e assaz evidente nas referências assíduas na documentação, como se poderá verificar desde os *repartimientos* de terra, aos *acuerdos del cabildo* de Tenerife aos inúmeros protocolos notariais¹²⁰. Por outro lado, alguns dados numéricos atestam esta dimensão da comunidade portuguesa¹²¹. Um dos factos relevantes desta presença e integração da comunidade portuguesa na sociedade canária prende-se com alguns testemunhos de bilinguismo¹²², em que as duas línguas eram faladas, entendidas por ambas as partes, existindo mesmo casos de escritas comuns, como o provam alguns registos paroquiais escritos em português¹²³.

Um dos fatores de sucesso da presença e sobrevivência portuguesa na História e Cultura de Canárias está na sua capacidade de integração na sociedade local, chegando-se a afirmar da existência de «*una história común*», porque na verdade «*los madeirenses afincados en las Canárias orientales no difieren en absoluto en su comportamiento de sus vecinos canarios...*». Desta forma é afirmado com sentido de que «*la huella portuguesa y madeirense no se reduce a una série de vestígios documentales, sino que se manifesta además en la idiosincracia y cultura canaria...*»¹²⁴.

¹¹⁹ FAJARDO SPÍNOLA (1990), pp. 673 e 675.

¹²⁰ PÉREZ VIDAL (1991); MORERA (1994).

¹²¹ Os dados avulsos compilados por nós na documentação revelam para os séculos XVI e XVII uma presença significativa da comunidade madeirense na ilha de Lanzarote, sendo mais reduzida nas ilhas de Tenerife, Gran Canaria e La Palma, VIEIRA (1991), pp. 880-881. Apenas para o período de 1690 a 1725, um período crítico para esta presença devido às situações de afrontamento das duas coroas, os dados atestam que a comunidade portuguesa era a maioritária entre os estrangeiros residentes em Lanzarote, representando mais de 20 %, BRITO GONZÁLEZ (1997), p. 47.

¹²² PÉREZ VIDAL (1991); MORERA (1994), pp. 24-26.

¹²³ RÉGULO PÉREZ (1968-1969), pp. 16-25 e 98-110; PÉREZ RODRÍGUEZ (1990), p. 124.

¹²⁴ TORRES SANTANA (1989), pp. 818 e 835; TORRES SANTANA (1992), p. 653.

Tivemos ainda em diversas das ilhas de Canárias vários casos de portugueses com sucesso na exploração da terra ou no comércio¹²⁵. Esta integração da comunidade portuguesa é o prelúdio de um diálogo intercultural que tem por palco as ilhas, que está para além de todas as adversidades e conflitos materializados pelas coroas. Estamos perante a construção de uma sociedade insular no Atlântico, que se alheia das fronteiras estabelecidas pelos tratados e força das armas.

É precisamente por isso mesmo que a cultura e tradições portuguesas persistiram neste arquipélago, como nos atesta J. Perez Vidal¹²⁶. Da presença da comunidade portuguesa em Canárias resultaram inúmeras influências, ainda hoje visíveis e documentados pela linguística, Etnografia, toponímia e antroponímia¹²⁷.

A sobrevivência destas manifestações portuguesas é resultado da capacidade de integração demonstrada pelos portugueses na sociedade canária, que esteve por cima de todos os entraves político institucionais e rivalidades peninsulares. E é por causa disso que a comunidade portuguesa, de forma especial a oriun-

¹²⁵ PÉREZ VIDAL (1991); MORERA (1994), pp. 12-15; BRITO GONZÁLEZ (1997), pp. 49 e 116-118.

¹²⁶ «La concentración y convivencia de los portugueses en esta serie de círculos comunales, familiares y profesionales, fue parte muy importante de que persistisen y se conservasen en su seno los elementos culturales importados en ellos de sus comarcas de origen: las técnicas de construcción, las prácticas agrícolas, industriales y marineras, la indumentaria, el folclor, los usos dialectales. Estos elementos se transmitieron de generación en generación y formaron una especie de tradición propia dentro de aquellos importantes núcleos. De haber vivido los portugueses aislados en medio de un contingente de población de distinto origen, toda la carga cultural que aportaron a las islas se hubiera diluido al poco tiempo.

Pero los núcleos y agrupaciones de que se viene hablando no constituían, ni mucho menos, círculos herméticos. Ni siquiera los judíos vivían en guettos apartados e característicos. Antes bien, los portugueses de toda a condición y creencia convivían, sobre todo en los nascentes centros urbanos, en estrecha y constante relación con los españoles y los indígenas. Y si el frecuente trato con los vecinos y parientes de igual origen contribuyó a defender y conservar la propia cultura, el intercambio, también continuo, con la población de distinta procedencia trabajó, por el contrario, de muy diversos modos, en contra de la misma». PÉREZ VIDAL (1991), p. 69.

da da Madeira, deixou marcas indeléveis neste arquipélago, situação que faz parte do quadro histórico e do imaginário das gentes destas ilhas.

Conclusão

A partir do século XIV há um mundo insular que se procura reconstruir partindo do apelo da tradição da Antiguidade Clássica de uma Atlântida, da mansão dos deuses ou do paraíso terreal. Desta forma a realidade que serve o mundo insular nos séculos XIV a XVI parte desta ideia de reconstrução deste paraíso escondido, que se abre de forma definitiva ao Ocidente cristão. Aquilo que parecia longínquo e de pouca importância torna-se vizinho e de grande importância para as políticas peninsulares.

Enquanto os reinos peninsulares se posicionaram no sentido da posse do novo espaço e do monopólio dos seus destinos, os insulares aposta numa partilha sem precedentes, que marcará por muito tempo a História destes espaços insulares, com particular valorização do grupo madeirenses pelo facto de estar posicionado estrategicamente entre os dois extremos deste mundo insular do Atlântico oriental. Por muito tempo as ilhas são um espaço de partilha comum de experiências, interesses, riquezas e objetivos.

Os insulares ora se aproximam e se distanciam dos interesses dos peninsulares, quando as estratégias sejam ou não condizentes com esta partilha comum do mundo insular. Ninguém melhor que aqueles, que desde o século XV escolheram estas ilhas para morada e esperança de sucesso e afirmação social, económica e política, para entender esta complementaridade que unia os espaços insulares. Mais tarde entendida pela Ciência pela designação de Macaronésia.

A Atlântida, ou Éden, desta forma deixaram de ser uma lenda para se transformar numa realidade que só entendida pelos insulares e raras vezes pelos peninsulares que secularmente dis-

¹²⁷ PÉREZ VIDAL (1991); MORERA (1994).

putavam entre si cada palmo de terra do continente ou Novo Mundo.

Os peninsulares insistiram sempre nesta necessidade de controlo único como garantia de um sucesso nesta projeção atlântica. Já os insulares viram a realidade doutra forma e sempre entenderam que a sua sobrevivência e afirmação dependeria desta irmandade insular construída na complementaridade de serviços e produtos. De um lado procurou-se alicerçar e construir de forma mais estreita este mundo insular, enquanto do outro os interesses hegemónicos insistem, através da força das armas ou da lei, em impor barreiras que os insulares foram capazes de ultrapassar.

Esta divisão não existiu para os insulares. Desta forma quando formalmente os três espaços se uniram, aquando da união peninsular de 1580 a 1640, Gaspar Frutuoso, um historiador açoriano que escreve na década de noventa do século XVI, Talvez será por isso mesmo que um açoriano tenha lamentado em finais do século XVI, esta divisão do mundo insular atlântico¹²⁸. Mas a História é quase sempre destas distintas formas de entendimento que se expressam na construção e desconstrução do mundo insular.

Emergimos no oceano pela força do vulcão, submergimos pela força da tradição clássica, quisemos unir-nos através do mar que tanto nos separa como nos une, mas outros e alheios interesses apostaram em contrariar o nosso destino e separar aquilo que a Natureza e tradição histórica milenar sempre uniu.

BIBLIOGRAFÍA FUNDAMENTAL

- ABREU GALINDO, Fr. J. (1977). *História de la conquista de las siete islas de Canarias*, Santa Cruz de Tenerife.
- AFONSO PERES, L. (1984). *Miscelanea de Temas Canarios*, Santa Cruz de Tenerife.
- ALBUQUERQUE, L. De (1983). *Ciência e Experiência nos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa.

¹²⁸ «[...] e não entendo esta mistura, como neste mar houve dois senhores diversos. Também me faz duvidosa a terra das Antilhas, como, passando por este mar da navegação Portugal, as mandaram descobrir e povoar e posuem, pacificamente, os reis de Castela», *Livro Primeiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1984, p. 65.

- ALMEIDA, F. De (1957). *História de Portugal*, Lisboa, vol. III.
- ÁLVAREZ DELGADO, J. (1961). «Juan Machin, vizcaino del siglo XV, Gran figura histórica de Madera y Canarias», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, num. 7, Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.
- ANAYA HERNÁNDEZ, L. A. (1990). «Una Comunidad Judeoconversa de Origen Portugués a comienzos del siglo XVI, en la Isla de La Palma», in *II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal.
- ANAYA HERNÁNDEZ, L. A. e FAJARDO ESPÍNDOLA, F. (1990). «Relaciones de los Archipiélagos de Azores y Madera según las fuentes inquisitoriales», in *II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: CEHA.
- ARMITAGE, D. e BRADDICK, M. J. (2000). *The British Atlantic World. 1500-1800*, Nueva York (especialmente os textos de Bernard Bailyn e David Armitage).
- AZNAR VALLEJO, E. (1981). *Documentos Canarios en el Registro del Selo (1476-1511)*, La Laguna, num. 458.
- AZNAR VALLEJO, E. (1983). *La integración de las Islas Canarias en la Corona de Castilla (1478-1526): aspectos administrativos, sociales y económicos*. La Laguna: Universidad de La Laguna.
- BABCOCK, W. H. (1922). *Legendary Islands of the Atlantic*, Nueva York.
- BARROS, J. de (1973). *Da Ásia, década primeira*, parte primeira. Lisboa, caps. XI-XIII.
- BETTENCOURT, J. M. de (1993). *Os Bettencort. Das Origens Normandas à Expansão Atlântica*. Lisboa.
- BONNET, B. (1949). «La expedición del Marqués de Lanzarote a la Isla de la Madera», in *El Museo Canario*, num. X, Las Palmas de Gran Canaria.
- BONNET, B. (1951). «Familias Portuguesas de La Laguna», in *Revista de História*, nums. 93-94. La Laguna.
- BONNET, B. (1956). «Sobre la expedición del Conde Marqués de Lanzarote a la isla de la Madera», in *Revista de História de la Universidad de La Laguna*, nums. 115-116.
- BRAUDEL, F. (1984). *O Mediterrâneo e o Mundo Maditerrânico na Época de Filipe III*. 2 vols., Lisboa (1ª edição em 1949).
- BRITO GONZÁLEZ, A. (1997). *Extranjeros en Lanzarote (1640-1700)*. Arrecife: Servicio de Publicaciones del Cabildo de Lanzarote.
- BROCHADO, C. (1960). *Historiôgrafos dos Descobrimentos*. Lisboa.
- BROWN, A. S. (2000). *Madeira, Islas Canarias y Azores*, introducción Isabel González Cruz; traducción Isabel Pascua Febles, Sonia del Carmen Bravo Utrera Editorial: Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo de Gran Canaria.
- CANTO, E. do (1912). *Allegações Feitas Contra os Portugueses, a Favor do Rei de Castella e Leão no Concílio de Basileia, por D. Affonso, Bispo de Burgos, sobre a Conquista das Canárias*. Lisboa.
- CASTRO BRUNETTO, C. J. (2001). Canarias y Portugal a través del arte, in *Arte en Canarias siglos XV-XIX: una mirada retrospectiva*, num. 1.
- CHAUNU, P. (1959). *Séville et l'Atlantique (1504 et 1650)*. Vol. VIII, tomo I, Paris.
- CHAUNU, P. (1983). *Sevilla y América. Siglos XVI y XVII*. Sevilha, [Estudo abreviado dos 14 volumes de *Séville et l'Atlantique y del Pacifique des Ibériques*, 1949, 1955-1960].

- CORREA, F. C. (1993). «Contributo de italianos e de canários para o desenvolvimento de Lagos e de Sagres», in *Actas III Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal.
- COSTA, J. P. Da (1987). *O Livro das Ilhas*. Lisboa.
- COSTA, A. e DOMINGUEZ DE SOUSA, A. (1960). *O Infante na Expansão Portuguesa (Domínio de Reinado de D. Duarte até à morte don Infante Santo)*, Braga.
- CROSBY, A. W. (1972). *The Columbian Exchange, Biological and Cultural Consequences of 1492*. Westport.
- DÍAS DINIS, A. J. (dir., organiz. e anot. crítica) (1960-1974). *Monumenta Henricina*. 15 vols, Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- DÍAZ ALAYÓN, C. (1987). *Materiales Toponímicos de La Palma*. Santa Cruz de La Palma: Ediciones del Cabildo de La Palma.
- DÍAZ ALAYÓN, C. e ALMEIDA, M. (1988). *El Español de Canarias*. Santa Cruz de Tenerife.
- DIEGUES, A. C. (1998). *Ilhas e Mares. Simbolismo e Imaginário*. São Paulo: Editora Hucitec.
- DRUMOND, J. de F. P. (s.a.). *Documentos históricos e geographicos sobre a ilha da Madeira*. Ms. da Biblioteca Municipal do Funchal, fols. 9-10 v.
- ELLIOTT, J. (2001). *En búsqueda de la Historia Atlántica*. Las Palmas de Gran Canaria.
- ESCUDIER, D. (ed.) (1992). *Voyage d'Eustache Delafosse sur la Côte de Guiné au Portugal et en Espagne (1479-1481)*. Paris.
- FAJARDO ESPÍNOLA, F. (1982). *Extranjeros ante la inquisición de Canarias en el siglo XVIII*. Las Palmas: Mancomunidad de Cabildos.
- FAJARDO ESPÍNOLA, F. (1990). «Azores y Madera en el Archivo de la Inquisición canaria, nuevas aportaciones», in *III Coloquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: CEHA.
- FERNANDES, J. M. (1990). «Arquitectura vernácula e estruturas nos Arquipélagos da Macaronésia (Madeira, Açores, Canárias) - similitudes e contrastes: (séculos XV-XVIII)», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal.
- FERNANDES-ARMESTO, F. (1982). *The Canary Islands after the conquest*. Oxford.
- FREITAS, S. de (1960). *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*. 2 vols., Lisboa (com introdução de Marcelo Caetano).
- FRUCTUOSO, G. (1966, 1979 e 1984). *Livro Primeiro das Saudades da Terra*. Ponta Delgada.
- GALVÁN TUDELA, A. (1980). *Taganana. Un Estudio Antropologico social*. Santa Cruz de Tenerife.
- GARCÍA, J. M. (1983). *Viagens dos Descobrimentos*. Lisboa.
- GIL, M. O. R. (1989). «Madeira e Canárias no movimento portuário de Ponta Delgada: problemas de importação e exportação em finais do século XVII», in *I Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal.
- GODECHOT, J. (1947). *Histoire de l'Atlantique*. Paris.

- GODINHO, V. M. (1945). *Documentos sobre a expansão Portuguesa*, vol. I, Lisboa, pp. 193-206.
- GODINHO, V. M. (1952). «A Economia das Canárias nos Séculos XIV e XV», in *Revista de História*. São Paulo, num. 52, letras «ucator omnium» de 17 de Dezembro.
- GONÇALVES, E. (1952). «Os homens-bons do Concelho do Funchal em 1471», in *Das Artes e da História da Madeira*, vol. V, núm. 4.
- GONZÁLEZ LEMUS, N. (1995). «Las Islas de la Macaronesia como los Health Resort del Siglo XIX», in *Islenha*, num. 17 (Jul-Dez.).
- GUERREIRO, I. (2001). «Tradição e Modernidade nos Isolarios ou “livros das Ilhas”, dos Séculos XV e XVI», in *Oceanos*, num. 46.
- HERNÁNDEZ GONZALEZ, M. (1991). «La proyección de Estados Unidos en la masonería atlántica: la protección de masones madeirenses en Canarias», in *Islenha*. Funchal, num. 8 (Jan.-Jun.).
- HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, S. (1990). «Las Estampas Madeirenses de Alvarez Rixo (1812-1814)», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal.
- IGLESIAS HERNÁNDEZ, M. L. (1985). *Extranjeros en Gran Canaria. Primer Tercio del siglo XVIII*. Canarias: Gobierno de Canarias. Consejería de Cultura y Deportes.
- KARRAS, A L. e MACNEILL, J. R. (1992). *Atlantic American Societies. From Columbus Through Abolition 1492-1886*. London.
- LADERO QUESADA, M. A. (1977). «Los Señores de Canarias en su Contexto Sevillano (1403-1477)», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, num. 23. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.
- LADERO QUESADA, M. A. (1979). *Los Primeros Europeos en Canarias*. Las Palmas: Mancomunidad de Cabildos.
- LEITE, J. D. (1947). *Descobrimento da ilha da Madeira...* Coimbra.
- LIZARDO, J. (1997). «Os Arcaísmos Manuelinos na Arte das Ilhas Canárias», in *Islenha*, Funchal, num. 21 (Jul.-Dez.).
- LIZARDO, J. e GUERRA, L. (1998). «Estruturas Escavadas na Rocha na Ilha da Madeira», in *Islenha*, num. 23 (Jul-Dez.).
- LIZARDO, J. e GUERRA, L. (2008). «A Utilização de Estruturas Rochosas na ilha da Madeira e sua relação com o início do Povoamento», in *Ilharq*, num. 8.
- LOBO CABRERA, M. (1979). *Los Grupos humanos en la sociedad canaria del siglo XVI*, Las Palmas, 1980: *El mundo del mar en la Gran Canaria del siglo XVI: navíos, marinos, viajes*. Madrid: Patronato de la Casa de Colón, Separata del *Anuario de Estudios Atlánticos*, núm. 26.
- LOBO CABRERA, M. (1982). «Gran Canaria y los Contactos con las Islas Portuguesas Atlánticas: Azores, Cabo Verde y Santo Tomé», en *Coloquio Internacional de Historia Marítima*. Las Palmas.
- LOBO CABRERA, M. con TORRES SANTANA, E. (1983). «Aproximación a las Relaciones entre Canarias y Azores en los Siglos XVI y XVII», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XLI, Angra do Heroísmo.

- LOBO CABRERA, M. e MARTÍN SOCAS, M. (1983): «Emigración y Comercio entre Madeira y Canarias en el siglo XVI», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLI, Angra do Heroísmo.
- LOBO CABRERA, M. (1984).
- LOBO CABRERA, M. (1988). «Inmigrantes azoreanos en Gran Canaria durante el período filipino», in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV.
- LOBO CABRERA, M. (1989). «As Tentativas Frustradas para Ocupação de uma das Ilhas Canárias pelos Portugueses», in ALBUQUERQUE, L. de, *Portugal no Mundo*, vol. I, Lisboa: ed. Alfa.
- LOBO CABRERA, M. (1990). «La historia de las islas: Canarias y Madeira», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal.
- LOBO CABRERA, M. (1991). «Azoreanos en los censos del Tribunal de la Inquisición de Canarias», in *Boletim do Instituto da Ilha Terceira*, vol. XLIX.
- LOBO CABRERA, M. (1992).
- LOBO CABRERA, M. (1995). *Don Agustín de Herrera y Rojas, I Marqués de Lanzarote*. Puerto del Rosario: Cabildo de Fuerteventura e Arrecife: Cabildo de Lanzarote.
- LOPES CORDEIRO, J. M. (1992). «Alguns aspectos sobre a sericultura e a influência portuguesa nas Canárias», in *Forum*, num. 11.
- LÓPEZ DE TORO, J. (1970). «La conquista del Gran Canana en la Cuarta Década del Cronista Alonso de Palencia, 1478-1480», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, num. XVI.
- LOZOYA, M. (1970). «La Huella de los Portugueses en Canárias», in *Colóquio*, num. 57, Lisboa.
- LUXÁN MELÉNDEZ, S. (1989). «Los Soldados del presidio de la Madera que fueron desechados a Lanzarote en 1641. Contribución al Estudio de la Coyuntura Restauracionista portuguesa en Canarias», in *IV Jornadas de Estudios de Lanzarote y Fuerteventura*. Arrecife.
- LUXÁN MELÉNDEZ, S. (1990). «Islas adyacentes (Madera y Azores) y plazas portuguesas del norte de África. Canarias y la baja Andalucía ante la restauración portuguesa: (avance de una investigación en curso)», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal.
- MACÍAS HERNÁNDEZ, A. (1997), «Descubrimiento», in *Gran Enciclopedia de Canarias*, tomo V, Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Canarias.
- MARTÍN RODRÍGUEZ, E. y VELASCO VÁZQUEZ, J. (1999). *Consideraciones en torno a las estructuras excavadas de la Isla de Madeira*. Funchal: CEHA. (Relatório da visita de trabalho feita ao Funchal entre 11 e 19 de Julho de 1998 por solicitação do CEHA. Relatório disponível na biblioteca do CEHA).
- MARTIN RODRIGUES, G. (1978). *Arquitectura Domestica Canaria*. Santa Cruz de Tenerife.
- MARTÍN SOCAS, M. I. (1990). «Sobre los Oficios Desempenhados por los Portugueses establecidos en Canarias en el Primer Cuarto del siglo XVI», in *VII Coloquio de Historia Canario-Americana*. Las Palmas de Gran Canaria, tomo 1.
- MARTÍNEZ, M. (1992). *Canarias en la Mitología*. Santa Cruz de Tenerife.
- MARTÍNEZ, M. (1996). *Las Islas Canarias de la Antigüedad al Renacimiento. Nuevos Aspectos*. Santa Cruz de Tenerife.

- MATOS, A. T. de (1985). «As Relações dos Açores com a América Espanhola e as Canárias nos Séculos XVI-XVII», in *V Coloquio de Historia Canario Americana* (1982), tomo I, Las Palmas de Gran Canaria.
- MAURO, F. (1982). «Les Canaries face aux Îles portugaises de atlantique avant 1800», in *V Coloquio de Historia Canario Americana*, Las Palmas de Gran Canaria.
- MEINIG, D. W. (1980). *Atlantic America 1492-1800*. New Haven.
- MELO, L. de S. (1979). «Imigração na Madeira. Paróquia da Sé (1539-1600)», in *História e Sociedade*, num. 6. Lisboa.
- MEREA, P. (1923). «Como se sustentaram os direitos de Portugal sobre as Canárias», in *Estudos de História de Direito*. Coimbra.
- MEREA, P. (1937). «Os juriconsultos portugueses e a doutrina do mare clausum», in *Novos Estudos de História do Direito*. Barcelos.
- MEYER, M. (1991). «The Price of the new Transnational History», in *American Historical Review*, 96, num. 4.
- MIGUEL, C. M. (1953). «Madeira e Canárias», in *Das Artes e da História da Madeira*. Funchal, vol. III, num. 14.
- MINTZ, S. (1985). *Sweetness and Power*. New York.
- MOLLAT DU JOURDIN, M. (1993). *L'Europe et la Mer*. Paris.
- MORALES PADRÓN, F. (1978). *Canarias, Crónicas de su Conquista*. Las Palmas de Gran Canaria.
- MORERA, M. (1990). *Lengua y colonia en Canarias*. La Laguna.
- MORERA, M. (1991). *Las hablas de Canarias*. Puerto del Rosario.
- MORERA, M. (1993). *La formación del vocabulario canario*. La Laguna.
- MORERA, M. (1994). *Español y Portugués en Canarias. Problemas Interlingüísticos*. Fuerteventura: Sevicios de Publicaciones del Cabildo de Fuerteventura.
- MOURA, J. J. do N. (1960). *O Infante D. Henrique na conquista das Canárias*. Vila Real de Santo António.
- NORONHA, H. H. de (1947). *Nobiliário Genealógico das Famílias que Passaram a Viver esta Ilha da Madeira...*, vol. I, São Paulo.
- NORONHA, H. H. de (1952). *Nobiliário de Canarias*, tomo I. La Laguna.
- NUNES, N. (2003). *Palavras Doces. Terminologia e Tecnologia Históricas e Actuais da Cultura Açucareira do Mediterrâneo ao Atlântico*. Funchal: CEHA.
- NUNES, N. (2004). «A tradição açucareira dos doces, bebidas e mezinhas no quotidiano das ilhas atlânticas: Madeira, Canárias, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe», in *O açúcar e o quotidiano: actas do III Seminário Internacional sobre a História do Açúcar*. Funchal: CEHA.
- OLIVEIRA MARTINS, F. E. (1987). «Escultura flamenga nos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias», in *Islenha*, num. 1 (Jul.-Dez). Funchal.
- PEREIRA, A. M. (1985). *O Essencial sobre o Corso e Pirataria*. Lisboa.
- PEREIRA, A. M. (1990). «O corso francês e o comércio entre Portugal e as Canárias no século XVI: (1521-1537)», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal.
- PEREIRA, E. (1968). *Ilhas de Zargo*, vol. II. Funchal.

- PÉREZ EMBID, F. (1948). *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el tratado de Tordesillas*. Sevilla.
- PÉREZ VIDAL, J. (1944). «Portuguesismos en el Español de Canarias», in *El Museo Canario*, IX, Las Palmas de Gran Canaria.
- PÉREZ VIDAL, J. (1957). *Las conservas almibaradas de los Azores y las Canarias*, in *Separata del Boletín Instituto Histórico Ilha Terceira*, vol. 14.
- PÉREZ VIDAL, J. (1960). *Las Canarias, vía introducción de portuguesismos en América*, in *Separata Actas Colóquio Estudos Etnográficos Dr. José Leite de Vasconcelos*.
- PÉREZ VIDAL, J. (1963). «Influencias Portuguesas en la cultura Tradicional Canaria», in *Actas do Primeiro Congresso e Etnografia e Folklore*. Lisboa.
- PÉREZ VIDAL, J. (1964). «Arcaísmos y Portuguesismos en el Español de Canarias», in *Revista de Historia*, XXIX, La Laguna.
- PÉREZ VIDAL, J. (1965). «Influencias Portuguesas en la cultura Tradicional Marinera de Canarias», in *Actas do congresso Internacional de Etnografia*, vol. V, Santo Riso.
- PÉREZ VIDAL, J. (1968). «Aportación Portuguesa a la Población de Canarias», en *Anuario de Estudios Atlánticos*, núm. 14. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.
- PÉREZ VIDAL, J. (1970). «Esbozo de un Estudio de la influencia portuguesa en la cultura tradicional Canaria», in *Homenaje a Elías Serra Ràfols*, tomo I, La Laguna.
- PÉREZ VIDAL, J. (1977). «Aspectos jurídicos internacionales de la conquista de Canarias», in MILLARES TORRES, A. *Historia General de las Islas Canarias*, tomo II, Las Palmas de Gran Canaria.
- PÉREZ VIDAL, J. (1985). *Estudios de Etnografía y Folklore*. Santa Cruz de Tenerife.
- PÉREZ VIDAL, J. (1991). *Los Portugueses en Canarias. Portuguesismos*. Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo de Gran Canaria [esta colectânea reúne todos os trabalhos publicados pelo autor 1944 e 1988, sobre a influência portuguesa nas Canárias].
- PÉREZ RODRÍGUEZ, M. J. (1990). *Los Extranjeros en Canarias: historia de su situación jurídica*. La Laguna: Universidad de La Laguna.
- PÉREZ VOITURIEZ, A. (1958). *Problemas internacionales de la conquista de Canarias*. La Laguna.
- PINA, R. de (s.f.). *Chronica do Senhor Rey Dom Affonso V*, cap. CCII.
- PINA, R. de (1950). *Cronique del Rey Dom Joham II*, Coimbra.
- RÉGULO PÉREZ, J. (1945). «Gual y verdello, dos portuguesismos vitícolas en el Español de Canarias», in *Revista de Historia*, XI.
- RÉGULO PÉREZ, J. (1968-1969). *Notas acerca del habla de la isla de La Palma*, in *Revista de Historia*, XXXII, La Laguna.
- RÉGULO PÉREZ, J. (1977). «El canario. Ave Macaronésica. Noticias biohistóricas», in *II Coloquio de Historia Canario-Americana*, Las Palmas de Gran Canaria.
- RESENDE, G. de (1973). *Crónica de Dom João II*. Lisboa.
- RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, J. (1976). *La vid y los vinos de Canarias*. Santa Cruz de Tenerife.

- ROGERS, F. M. (1979). *Atlantic Islanders of the Azores and Madeiras*. Massachusetts.
- ROSA OLIVEIRA, L. de la (1956). «Los Bettencourt en Las Canarias y en América», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, num. 2. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria
- RUMEU DE ARMAS, A. (1984). «El Conde de Lanzarote, Capitán General de la Isla de la Madera (1582-1583)», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, núm. 30. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.
- RUSSELL, P. E. (1971). «Fontes Documentais para a História da Expansão Portuguesa na Guiné nos últimos anos de D. Afonso V», in *Do Tempo e da História*, IV.
- RUSSELL, P. E. (1978). «El descubrimiento de las Canarias y el debate medieval acerca de los derechos de los príncipes y pueblos paganos», in *Revista de Historia Canaria*, XXXVI, La Laguna.
- RUSSEL, P. (1979). *O Infante D. Henrique e as Ilhas Canárias: uma Dimensão Mal Compreendida da Biografia Henriquina*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- SARMENTO, A. A. (1931). «Madeira & Canárias», in *Fasquias e Ripas da Madeira*. Funchal.
- SERRA RAFOLS, E. (1940). «Portugal en las Islas Canarias», in *Congresso do Mundo Português*, vol. III, Lisboa, pp. 211-241.
- SERRA RAFOLS, E. (1941). *Los Portugueses en Canarias. Discurso Inaugural del Año Académico 1941-42*. La Laguna: Universidad de La Laguna.
- SERRA RAFOLS, E. (1961). «Lancelotto Malocello en las Islas Canarias», in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, III, Lisboa.
- SIEMENS HERNÁNDEZ, L. e BARRETO, L. (1974). «Los esclavos aborígenes canarios en la isla de la Madera (1455-1505)», en *Anuario de Estudios Atlánticos*, núm. 20. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.
- SIEMENS HERNÁNDEZ, L. e BARRETO, L. (1979 a). «La expedición a la Madera del Conde de Lanzarote desde la perspectiva de las fuentes madeirenses», en *Anuario de Estudios Atlánticos*, núm. 25. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.
- SIEMENS HERNÁNDEZ, L. e BARRETO, L. (1979 b). «Descubrimiento de una Reserva de Cabras Canarias Prehispanicas», en *Aguayro*, num. 87. Las Palmas de Gran Canaria: Caja Insular de Ahorros de Gran Canaria.
- SILVA, A. R. (1990). «Os Inícios do Turismo na Madeira e nas Canárias: o Domínio Inglês», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SILVA, F. A. da (1984). «Bettencourt», in *Elucidário Madeirense*, vol. I. Funchal.
- SILVA MARQUES, J. M. da (publ. e prefácio de) (1944-1971). *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a Sua História*, 3 vols. e Suplemento ao volume 1, Lisboa: Instituto de Alta Cultura. [Existe uma edição fac-similada de 1988.]

- STELLE, L. (1986). *The English Atlantic, 1675-1740 - An Exploration & Communication and Community*. New York.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. (1961). «La Cuestión de Canarias, ante el Concilio de Basilea», in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas*, vol. IV. Lisboa.
- TAMAGNINI, E. (1950). «Os antigos habitantes das canárias nas suas relações com a antropologia Portuguesa», Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*.
- TEIXEIRA, M. R. (1989). «Canários na Ilha da Madeira», in *Revista del Instituto Canario de Estudios Históricos Rey Fernando Guanarteme*, tomo VI.
- TORRE, A. de la e SOAREZ FERNÁNDEZ, L. (1958). *Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Periodo de los Reyes Católicos*. Valladolid, vol. I.
- TORRES CAMPO, R. (1901). *Carácter de la Conquista y Colonización de las Islas Canarias. Discurso de Ingreso en la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- TORRES SANTANA, E. (1989).
- TORRES SANTANA, E. (1992). «Lanzarote y Madeira durante la unión Ibérica a través de la documentación notarial», in *III Coloquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: CEHA.
- TORRES SANTANA, E. (1994). «Lanzarote y Portugal Continental (1600-1640)», in *X Coloquio de Historia Canario-Americana (1992)*, Las Palmas de Gran Canaria, vol. II.
- TORRES SANTANA, E. (1997).
- TORRES STINGA, M. (1981). «Influencias portuguesas en el habla de Lanzarote», in *Revista de filología de la Universidad de La Laguna*, núm. 0.
- VERLINDEN, Ch. (1958 a). «Lanzarotto Malocello et la Découverte Portugaise des Canaries», in *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, tomo XXXV.
- VERLINDEN, Ch. (1958 b). «La Découverte Portugaise des Canaries», in *Revue Belge de Philosophie et Histoire*, vol. 36.
- VERLINDEN, Ch. (1961). «Les découvertes portugaises et la collaboration italienne d'Alphonse IV», in *Actas do Congresso Internacional da História dos Descobrimentos*, vol. III.
- VERLINDEN, Ch. (1970). «Le Rôle des Portugais dans l'Economie Canarienne au début du XVI^{ème} siècle», in *Homenaje a Elías Serra Ràfols*, vol. 3. La Laguna.
- VERLINDEN, Ch. (1987 a). «Henri le Navigateur et les Îles Canaries, "Vice-Almirante A. Teixeira da Mota. In memoriam"». Lisboa.
- VERLINDEN, Ch. (1987 b). «Castellanos, portugueses, italianos y otros pobladores de Canarias a raíz de la conquista. Una cuestión de proporciones», in *VI Coloquio de Historia Canario-Americana (1984)*. Las Palmas de Gran Canaria: Casa de Colón, vol. I.
- VERLINDEN, Ch. (1989). «Henri le navigateur songea-t-il a créer un "etat" insulaire?», in *Revista Portuguesa de História*, XII. Coimbra.
- VIEIRA, A. (1984). «O Comércio de Cereais das Canárias para a Madeira nos séculos XVI e XVII», in *Coloquio de Historia Canario-Americana*, Las Palmas de Gran Canaria: Casa de Colón, pp. 327-351.

- VIEIRA, A. (1986). «Introdução ao Estudo do Direito Local Insular», in *VII Coloquio Internacional de Historia Canario-Americana*. Las Palmas de Gran Canaria: Casa de Colón, pp. 677-707.
- VIEIRA, A. (1987). *O Comércio Inter-insular nos Séculos XV e XVI (Madeira, Açores e Canárias)*. Funchal.
- VIEIRA, A. (1988). «O senhorio no Atlântico insular oriental. Análise comparada da dinâmica institucional de História da Madeira e Canárias nos séculos XV e XVI», in *III Jornadas de Estudios sobre Fuerteventura y Lanzarote*, tomo I. Puerto del Rosario, pp. 35-48.
- VIEIRA, A. (1989). «As Relações entre a Madeira e as Canárias nos Séculos XV-XVII. O Estado da Questão», in *VII Coloquio de Historia Canario-Americana*, Las Palmas de Gran Canaria: Casa de Colón.
- VIEIRA, A. (1990). «O Infante D. Henrique e o Senhorio de Lanzarote. Implicações Políticas, Sociais e Económicas», in *II Jornadas de História de Lanzarote e Fuerteventura*, tomo I. Arrecife.
- VIEIRA, A. (1991 a). «As Conexões Canário-madeirenses nos Séculos XVI a XII. Estado da Questão e Perspectivas para Análises Futuras», in *VIII Coloquio de Historia Canario-Americana (1988)*, tomo I, vol. 1. Las Palmas de Gran Canaria: Casa de Colón.
- VIEIRA, A. (1991 b). *Os Escravos no Arquipélago de Madeira. Séculos XV a XVII*. Funchal.
- VIEIRA, A. (1992 a). «Os Arquipélagos da Madeira e Canárias em Face da Restauração de 1640», in *Rebelión y Resistencia en el Mundo hispánico del siglo XVII*. Leuven.
- VIEIRA, A. (1992 b). *Portugal y las Islas del Atlántico*. Madrid.
- VIEIRA, A. (1995). «Madeira e Lanzarote. Comércio de Escravos e Cereais nos séculos XVII», in *IV Jornadas de Historia de Lanzarote y Fuerteventura (1989)*, vol. I. Arrecife.
- VIERA Y CLAVIJO, J. (1982). *Historia de Canarias*, vol. I. Santa Cruz de Tenerife: Goya Ediciones.
- VIERA Y CLAVIJO, J. (1967). *Noticias de la Historia General de las islas Canarias*, tomo I. Santa Cruz de Tenerife.
- VILA VILAR, E. (1977). «Las Canarias como base de aprovisionamento de navíos portugueses», in *II Coloquio de Historia Canario-Americana*, tomo I. Las Palmas de Gran Canaria: Casa de Colón.
- VITERBO, S. (1903). *Uma expedição portuguesa ás Canarias em 1440*, extracto do *Arquivo Histórico Português*, vol. 1.
- ZURARA, G. E. de (1973). *Crónica de Guiné*. Porto, caps. LXVIII, LXIX, LXXIX, LXXXV, XCV.
- ZURARA, G. E. de (1989). *Crónica de Guiné*. Lisboa, cap. LXXXIV, pp. 156-157.